

ANA MARÍA DE VEINTEMILLA DONOSO

**COMUNAS ANCESTRAIS E ALIMENTAÇÃO:
TRANSIÇÃO, DESPOJO E RESISTÊNCIA NO LITORAL
EQUATORIANO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Mestre em Nutrição, linha de pesquisa Diagnóstico e Intervenção Nutricional em Coletividades.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Soares Leite.

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Donoso, Ana María de Veintimilla

Comunas ancestrais e alimentação: transição,
despojo e resistência no litoral equatoriano / Ana
María de Veintimilla Donoso ; orientador, Maurício
Soares Leite, 2018.

96 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

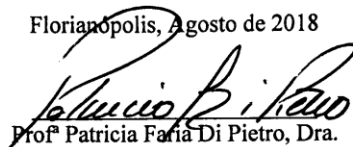
1. Nutrição. 2. Índios sul-americanos. 3.
Direitos dos povos indígenas. 4. Antropologia
nutricional. 5. Equador. I. Leite, Maurício Soares .
II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Nutrição. III. Título.

ANA MARÍA DE VEINTIMILLA DONOSO

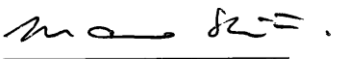
**COMUNAS ANCESTRAIS E ALIMENTAÇÃO
TRANSIÇÃO, DESPOJO E RESISTÊNCIA NO
LITORAL EQUATORIANO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Nutrição, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, Agosto de 2018




Prof.ª Patricia Faria Di Pietro, Dra.
Coordenadora do Curso

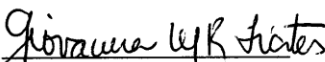


Prof. Mauricio Soares Leite, Dr.
Orientador e Presidente da banca
Universidade Federal de Santa Catarina

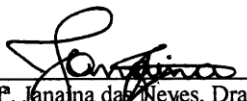
Banca Examinadora:



Prof.ª Eliana Elisabeth Diehl, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Giovanna Medeiros Rataichesk Fiates, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Janaina das Neves, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

*Ao meu filho **Damián**, meu sol.*

*Aos povos e comunidades indígenas,
camponesas, afrodescendentes, e
comunidades ancestrais do Equador e do
mundo, pela sua luta em defesa do
território, da natureza e da vida.*

*Às mulheres, homens, e crianças de
Rio Chico, que através das suas
histórias, conhecimentos e práticas
transmitem valores do comunitário, do
cuidado, da memória, da reciprocidade
e da hospitalidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a minha mãe, Aurora, por seu acompanhamento amoroso, e ao meu filho Damián, dois corações aventureiros que viajaram para o Brasil para me apoiar nesta aventura. Grata pelo apoio amoroso do meu pai Galo, da minha irmã Manuela e de seu companheiro Stefano, e de minha sobrinha Renata.

Agradeço aos líderes da *Comuna de Salango*, que me brindaram com todo o seu apoio na pesquisa, ao Presidente Cirilo Macías e toda a diretoria. Aos líderes Robinson Arcos e Eli Pincay.

Às mulheres conhecedoras dos saberes alimentares e das receitas tradicionais: Dona Yolanda, Dona Marlene, Dona Melania, Dona Neves, Dona Rosa R., Dona Jacinta, Dona Juanita por compartilharem as suas histórias nos encontros culinários ao redor do fogo. Às mulheres jovens com seu grande interesse em aprender!

Às famílias de *Rio Chico* pela sua grande generosidade e hospitalidade, obrigada por colaborar com esta pesquisa. À família Ascencio Chilán por receber-me na sua casa e acolher-me como uma filha. A Don Benito Medina e sua família, uma casa que me acolheu com generosidade e aroma de chocolate e café recém moídos.

Ao Professor Dr. Maurício Soares Leite, meu orientador e, sobretudo uma pessoa sensível, inteligente e preocupada pela problemática social e da saúde dos povos indígenas. Sempre disposto a fornecer os meios para a análise, e mostrar os diferentes enfoques epistemológicos aos estudantes para provocar a reflexão e uma compreensão mais ampla de tais questões. O seu trabalho de antropologia nutricional junto ao povo indígena Wari', representa um grande aporte à compreensão da alimentação e saúde indígena no Brasil, e uma fonte de grande importância para guiar a minha pesquisa.

Às Professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, que aceitaram participar da Banca de Defesa da Dissertação com suas interessantes trajetórias acadêmicas e as suas experiências nas diferentes áreas da disciplina. Às Professoras Dra. Giovanna Medeiros Rataichesk Fiates, Dra. Janaína das Neves, ao Professor Dr. João Luiz D. Bastos, Dra. Lucia Andreia Z. Ramos Zeni e Dra. Eliana E. Diehl.

À UFSC e ao Programa de Pós-Graduação de Nutrição, coordenado por uma excelente pessoa, a Dra. Patricia Faria Di Pietro. Ao corpo docente do Mestrado, professoras muito queridas e sensíveis, que desde o início mostraram-se abertas para me receber. Às Professoras Dras.: Marcela Boro Veiros, Patrícia de Fragas Hinnig, Suzi Barletto

Cavalli, Yara Franco Moreno, Cristine Garcia Gabriel e Ana Carolina Fernandes. O ato de aceitar uma estudante formada na Antropologia no Programa mostrou o interesse em possibilitar o diálogo interdisciplinar, hoje em dia vital, para o avanço das ciências. À minha colega de Mestrado, Anice Milbratz de Camargo parceira ao longo das disciplinas, e a mestranda Jhulielli da Rocha, por cooperar com esta pesquisa de forma desinteressada e gentil. Aos funcionários que compõem o PPGN e Departamento de Nutrição, Vinícius Ferreira e Nick, sempre amáveis.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC-PPGAS, aos companheiros e companheiras da disciplina Antropologia da Saúde, e as pessoas que compõem o Núcleo de Estudos sobre Saberes e Saúde Indígena-NESSI, pessoas maravilhosas e amigas queridas.

À Dra. Esther Jean Langdon, pela sua amizade, pelas conversas esclarecedoras durante o meu processo de elaboração da dissertação, e por possibilitar reflexões substanciais, fruto de sua trajetória de vida e seu compromisso com as sociedades da América do Sul. À Nádia Heusi, pelo apoio e o carinho dispensado e expressado nas suas observações sobre o trabalho em questão A Ewerton Aires (Galego), pelas suas revisões do português realizadas com especial cuidado.

A Helder Solari por viajar comigo para *Rio Chico* e compartilhar os seus conhecimentos na animação, filmagem e edição para a realização do vídeo “Culinária em movimento” junto com as mulheres e crianças da comunidade, o que foi uma grande alegria!

As amigas queridas do Equador e do Brasil, países irmãos em suas alegrias e tristezas, de paisagens belas e inspiradoras. Amigas e amigos carinhosos que sempre me deram o apoio com sua escuta atenta e palavras sábias. Em especial à Natalia, uma belíssima companhia ao longo do mestrado, minha irmã de alma Caty, e as minhas *compinches* Melissa, Gaby, Geova, Antonia, Negrita, Sara, Dani, Vere, Diana, Helder, José (Yuyo), Pablitos e Charli. Às amigas de outras gerações que me deram força para empreender esta viagem, Mary García e Marcia Valarezo. Às amigas antropólogas da USFC que me acompanharam na dança dos pés e das ideias, Valentina, Nádia, Angela, Amanda, Tati, Lorena, Ana Paula, e as suas lindas famílias.

Ao carinho e cuidado de minha madrinha, Rocío.

A Floripa, uma ilha cuja natureza é de enorme inspiração para os caminhantes que não passam indiferentes diante de tanta beleza. À minha *tribo* de Floripa, mães e pais parceiros, Lari e Joice, Jana e Toninho e as suas lindas famílias que foram como uma para mim e para

o meu filho. À belíssima equipe que faz a escola Sarapiquí, na figura de funcionários e professores que nos receberam de braços abertos assim que chegamos na ilha e foram um apoio essencial durante a nossa estada no Brasil.

À possibilidade de receber uma bolsa de mestrado do Governo Equatoriano através da *Secretaria Nacional de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación* (SENECYT) e o *Instituto de Fortalecimiento Humano* (IFTH). É um privilégio de poucos equatorianos realizar estudos de pós-graduação no exterior. O ideal seria que todos nós tivéssemos acesso a uma educação de qualidade, a possibilidade de um desenvolvimento digno, em territórios livres de empresas extrativas que atentam contra a vida.

RESUMO

DONOSO, Ana María de Veintemilla. **Comunas ancestrais e alimentação: transição, despojo e resistência no litoral equatoriano**. 2018. 99 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

O presente trabalho trata da população de *comuneros* da *Comuna de Salango*, descendentes dos povos indígenas da Costa sul do Equador. A Constituição da República do Equador reconhece as *comuneras* como uma organização ancestral, sujeito de direitos coletivos relativos à soberania territorial e reconhecimento cultural. O objetivo do estudo foi descrever o sistema alimentar dos *comuneros* de *Rio Chico*, recinto da *Comuna de Salango*, com ênfase nas transformações ocorridas nas últimas décadas e suas implicações para saúde, alimentação e nutrição. A pesquisa se baseou na abordagem etnográfica e na observação participante, bem como oficinas de troca de saberes alimentares e preparação da culinária tradicional. As transformações em seu sistema alimentar levam ao progressivo abandono dos seus modos de vida, conhecimentos e práticas, à precarização das condições de vida, marginalização e vulnerabilidade frente ao restante da sociedade equatoriana. E resultam no agravamento de suas condições de alimentação e saúde. São necessárias ações urgentes de mobilização contra as políticas estatais que resultam na invisibilidade *comunera* e na anulação da luta histórica das *comuneras* na defesa de seu território e recursos naturais, bem como de políticas econômicas que comprometem os direitos coletivos estabelecidos na Constituição da República de 2008.

Palavras-chave: Índios sul-americanos. Direitos dos povos indígenas. Antropologia nutricional. Equador.

ABSTRACT

This paper deals with the population of *comuneros* of the Commune of *Salango*, descendants of the indigenous peoples of the south coast of Ecuador. The Constitution of the Republic of Ecuador recognizes the *communes* as an ancestral organization, subject of collective rights relative to territorial sovereignty and cultural recognition. The objective of the study was to describe the food system of the community of *Rio Chico*, the precinct of the *Salango* Commune, with emphasis on the transformations that occurred in the last decades and its implications for health, food and nutrition. The research was based on the ethnographic approach and participant observation, as well as workshops of exchange of food knowledge and preparation of the traditional cuisine. The transformations in their food system lead to the progressive abandonment of their ways of life, knowledge and practices, the precariousness of living conditions, marginalization and vulnerability to the rest of Ecuadorian society. And result in aggravation of their food and health conditions. There is a need for urgent actions to mobilize against the state policies that result in communal invisibility and in the annulment of the historic struggle of the communes in defense of their territory and natural resources, as well as economic policies that undermine the collective rights established in the Constitution of the Republic of 2008.

Keywords: South American indigenous groups. The rights of indigenous groups. Nutritional anthropology. Ecuador.

LISTA DE FIGURAS

| | | | |
|----------|---|--|----|
| Figura 1 | - | Mapa do Equador e Região da Costa..... | 38 |
| Figura 2 | - | Mapa da <i>Comuna de Salango</i> | 39 |
| Figura 3 | - | Comunidade de <i>Salango</i> , Equador..... | 45 |
| Figura 4 | - | Vista Aérea da Paróquia de <i>Salango</i> , Equador..... | 46 |
| Figura 5 | - | Mapa dos Desembarques Pesqueiros na Faixa Equatoriana..... | 49 |
| Figura 6 | - | Empresa de Produtos do Peixe La Polar S.A na <i>Comuna de Salango</i> | 50 |
| Figura 7 | - | Comunidades Rurais do Município de <i>Puerto López</i> e Área Protegida..... | 51 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|----------|---|----|
| Tabela 1 | - Paróquia de <i>Salango</i> , Comunidades e População.. | 40 |
| Tabela 2 | - Cronograma das oficinas de troca de saberes alimentares e culinária tradicional com o grupo de mulheres de <i>Rio Chico</i> | 59 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| ASA | - Área Septentrional Andina |
| ASAO | - Área Septentrional Andina Oeste |
| CEPSH | - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina |
| CODENPE | - Consejo de Desarrollo de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador |
| CONAIE | - Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador |
| CPR 2008 | - Constitución de la República del Ecuador 2008 |
| ENSANUT-ECU | - Encuesta Nacional en Salud y Nutrición 2011-2013, 2012-2103 |
| FAO | - Food and Agriculture Organization of the United Nations |
| IECE | - Instituto Ecuatoriano de Crédito Educativo y Becas |
| IFTH | - Instituto de Fomento al Talento Humano |
| IGM | - Instituto Geográfico Militar |
| INREDH | - Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos |
| INEC | - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos |
| MA | - Ministerio del Ambiente |
| MSP | - Ministerio de Salud Pública de la República del Ecuador |
| OEC | - The Observatory of Economic Complexity |
| OIT-LO | - International Labour Organization |
| PNM | - Parque Nacional Machalilla |
| PNBV 2013-2017 | - Plan Nacional del Buen-Vivir 2013-2017 |
| PPGN | - Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina |
| SENECYT | - Secretaria de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación |
| SNI | - Sistema Nacional de Información |
| UFSC | - Universidade Federal de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA..... | 21 |
| 1.2 OBJETIVOS..... | 24 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 24 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 24 |
| 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO..... | 24 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 26 |
| 2.1 A ABORDAGEM DA ECOLOGIA HUMANA..... | 26 |
| 2.1.1 Os sistemas alimentares..... | 28 |
| 2.1.1 Alimentação, nutrição e cultura: a necessidade de um diálogo..... | 30 |
| 2.4 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DOS POVOS DA COSTA E DO POVO MANTA..... | 32 |
| 3 MÉTODO..... | 37 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO DO ESTUDO..... | 37 |
| 3.2 ÁREA E POPULAÇÃO DE ESTUDO..... | 37 |
| 3.2.1 <i>Comunas</i> ancestrais, entre o mar e a cordilheira..... | 37 |
| 3.2.2 Notas sobre a história econômica e política da <i>Comuna de Salango</i> | 40 |
| 3.2.3 A <i>comuna</i> ancestral de Salango: por uma história ecológica e seus impactos nos ecossistemas e modos de vida da população..... | 46 |
| 3.2.3.1 A indústria pesqueira..... | 47 |
| 3.2.3.2 O Parque Nacional <i>Machalilla</i> | 51 |
| 3.2.3.3 A privatização das terras <i>comunais</i> | 52 |
| 3.3 ETAPAS DA PESQUISA..... | 53 |
| 3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS..... | 54 |
| 3.4.1 A Pesquisa Qualitativa em Saúde..... | 54 |
| 3.4.1.1 O método etnográfico..... | 55 |
| 3.4.1.2 A observação participante..... | 55 |
| 3.4.1.3 Entrevistas não estruturadas e semiestruturadas..... | 57 |

| | |
|---|-----------|
| 3.4.1.4 Oficinas de troca de saberes alimentares e culinária tradicional..... | 58 |
| 3.4.1.5 Encontros de troca de saberes e práticas alimentares e de saúde..... | 59 |
| 3.4.1.6 Encontros de preparação de receitas da culinária tradicional..... | 60 |
| 3.5 ANÁLISE DOS DADOS..... | 61 |
| 3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO..... | 62 |
| 3.7 ASPECTOS ÉTICOS..... | 63 |
| 4 RESULTADOS: ARTIGO ORIGINAL..... | 65 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 84 |
| 6 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS..... | 87 |
| REFERÊNCIAS..... | 89 |
| APÊNDICE A - NOTA DE IMPRENSA REFERENTE À DISSERTAÇÃO..... | 96 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

As *comunas* ancestrais do litoral Equatoriano localizam-se ao longo da região costeira nos estados de *Manabí*, *Guayas*, *Santa Elena* e *El Oro*. Elas estão assentadas em territórios que ocuparam os povos indígenas da Costa e se identificam como “seus descendentes e donos das terras desde tempos imemoráveis” (ÁLVAREZ, 2002).

Graças a aportes da história e antropologia se conhece o seu percurso social e político durante a colônia e a sua particularidade histórica em relação a outras regiões. Os indígenas da Costa diante do embate dos colonizadores, mantiveram estratégias como dispersão ou fuga, confinamento e fusão de grupos nas *Reduções*, a expropriação de seus territórios e a inserção no mercado colonial (ÁLVAREZ, 2016; p.327). Apesar do impacto colonial resultar num grande declínio da população, essas estratégias permitiram-lhes manter grandes extensões de terra na faixa marítima sob o governo indígena até hoje. Através de um longo processo de luta pelo reconhecimento de sua etnicidade, do território ancestral e do uso e manejo comum dos recursos, no ano de 1937 são reconhecidas como *Comunas* pelo estado Equatoriano.

No quadro deste processo de integração, se consolidaram ao centro-sul do estado de *Manabí* particularmente as *Comunas de Salango*, *Água Blanca*, *El Pital* e *Las Tunas*. Elas se identificam como *comunas* ancestrais descendentes do povo Manta ou Manta-Huancavilca. Estas *comunas* estão organizadas sob sistemas de autoridade tradicionais e mantêm terras comunitárias. Segundo incursões arqueológicas, desde tempos ancestrais os povos da costa aproveitaram para a sua subsistência os recursos que lhes brindava esse particular território: conformado por diferentes micro-climas e comunidades bióticas específicas que descem da Cordilheira *Chongón-Colonche* até a faixa costeira (MARTÍNEZ; GRABER; HARRIS, 2006). A horticultura, pesca e mergulho foram as suas principais fontes de alimento. A coleta de frutas silvestres e madeira também eram estratégias de subsistência dessas comunidades. A interação destes povos com os ecossistemas locais faz com que desenvolveram amplos conhecimentos que envolvem saberes, inovações e práticas relacionadas aos recursos. Entre outras coisas, esses conhecimentos sobre a biodiversidade local têm funções múltiplas que incluem conhecimentos e práticas alimentares e de saúde. O território também é concebido como um espaço de vida e projeto político, e dentro do quadro da luta das

comunas pela defesa de um território comunitário e de posse ancestral, defendem o direito à gestão da vida dentro de esse espaço determinado. Ou seja, a interação com o território abrange várias dimensões da vida das *comunas*, as suas fontes de vida, os seus meios de trabalho, e as suas formas culturais e políticas de reprodução social. É assim que os *comuneros* foram tecendo ancestralmente uma relação com o território que lhes permitiu a través do conhecimento, do uso e do trabalho, “se nutrir” dele, em termos metabólicos (do território ao corpo em forma de alimento) (MACHADO, 2014), mas também em termos sociais e políticos, ao fazer da sua defesa através de um longo período histórico um emblema de identidade (ÁLVAREZ, 2002).

O percurso histórico de luta pelo reconhecimento das *comunas* continua a se consolidar quando na Constituição atual da República do Equador (2008), reconhece-nas como uma organização ancestral, sujeito de direitos coletivos relativos à soberania territorial e reconhecimento cultural (ÁLVAREZ, 2016). No entanto, apesar da trajetória histórica de defesa do território e do reconhecimento de seus direitos coletivos, na prática, nas últimas décadas implementaram-se planos de crescimento econômico baseados na exploração dos recursos e privatização das terras *comunais* ignorando os seus direitos e criando grandes mudanças nos seus modos de vida, saúde e alimentação (ÁLVAREZ, 2017).

Nas últimas décadas os *comuneros* vêm sendo submetidos a intensas transformações geradas por fatores como: a instalação da indústria pesqueira e a empresa de processamento de farinha e óleo de peixe na *Comuna de Salango*, o desmatamento intensivo da floresta, o que tem provocado grandes períodos de seca, a venda licita e ilícita de terras *comunais*, os processos de urbanização, o crescimento da população, a criação de uma das áreas protegidas maiores do país em que os agentes no marco das políticas ambientais. Tudo isso ao contrário de garantir o acesso das populações às fontes de recursos e vigiar a defesa da natureza das atividades extrativas instaladas na área, se sobrepõe aos territórios *comunais*. Assim, no contemporâneo, as *comunas* estão vivendo uma situação de saúde, alimentação e nutrição que aponta a maiores níveis de vulnerabilidade, insegurança alimentar, perda de soberania e autonomia alimentar, e consequentemente, desfechos graves em sua saúde. Atualmente, as condições desses povos são precárias, colocando-os em uma posição de desvantagem em relação a outros segmentos da sociedade nacional (COIMBRA JR; SANTOS, 2000).

Como observado por estudos sobre a situação da saúde de povos indígenas no Brasil que pode ser extrapolado para o resto da

América Latina, tais populações apresentam um complexo e dinâmico quadro de saúde, diretamente relacionado a processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais atreladas à expansão e à consolidação de frentes demográficas e econômicas da sociedade nacional (COIMBRA JR; SANTOS; ESCOBAR, 2005).

Ao longo do tempo tais frentes exerceram importante influência sobre a saúde indígena, quer seja por meio da introdução de novas enfermidades, ocasionando graves epidemias; usurpação de territórios, dificultando ou inviabilizando a subsistência; e/ou a perseguição e morte de indivíduos ou mesmo comunidades inteiras. Segundo autores da saúde coletiva, hoje emergem outros desafios à saúde dos povos indígenas, que incluem doenças crônicas não transmissíveis, contaminação ambiental e dificuldades de sustentabilidade alimentar (COIMBRA JR; SANTOS; ESCOBAR, 2005).

Diante deste contexto, o objetivo do presente trabalho foi de descrever os sistemas alimentares da população de *comuneros* e *comuneras* do recinto de *Rio Chico*, na *Comuna de Salango*, apontando a compreender de que forma as transformações socioeconômicas, culturais e ecológicas pelas que vêm passando têm afetado as suas condições de saúde, alimentação e nutrição.

Os sistemas alimentares, as práticas e conhecimentos envolvidos na alimentação podem revelar informações importantes para compreender outras dimensões que falam da cultura, da ecologia e da saúde das populações.

O registro dos sistemas alimentares é de fato uma ação que aponta a visibilizar e por em valor os atores locais e os seus conhecimentos e práticas particulares, dentro de um território específico. Uma ação que visibiliza os atores assim como a sua agência para continuar a construir o tecido culturalmente coerente e diverso. Uma forma de conhecer as percepções dos atores locais sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas e os seus impactos no acesso aos alimentos.

Desde a perspectiva biocultural da alimentação e nutrição é possível estabelecer um quadro amplo para a análise dos fatores externos às comunidades locais, fatores socioeconômicos, ecológicos, políticos e sociais os quais tem desdobramentos importantes no nível local e nas condições de vida destas populações, o que reflete decisivamente nas suas condições de alimentação e nutrição.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Descrever o sistema alimentar da população de *Rio Chico*, comunidade do litoral sul do Equador, com ênfase nas transformações ocorridas nas últimas décadas e suas implicações para saúde, alimentação e nutrição.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o sistema alimentar contemporâneo da população de *Rio Chico*;
- Refletir sobre as mudanças ocorridas nas últimas décadas no sistema alimentar da população de *Rio Chico* e sua relação com fatores ecológicos e socioeconômicos locais;
- Compreender as implicações dessas mudanças para suas condições de alimentação, nutrição e saúde.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente documento está organizado em cinco capítulos: introdução, referencial teórico, metodologia, artigo original, considerações finais e sugestões para estudos futuros. O primeiro capítulo é composto pela introdução, na qual consta o contexto do problema, a justificativa e os objetivos. Esta primeira parte pretende introduzir o leitor no direcionamento da pesquisa e a sua relevância.

O segundo capítulo é composto pelo referencial teórico. É dividido em duas partes: a abordagem da ecologia humana e saúde, onde é abordada a perspectiva da ecologia humana nas problemáticas de saúde e o conceito dos sistemas alimentares, os fatores ecológicos, econômicos, históricos e sociais que intervêm na saúde das populações no contemporâneo; e a abordagem sociocultural da alimentação que pretende fornecer conceitos para estabelecer um diálogo entre a antropologia e a alimentação e nutrição, visando a compreensão da problemática de forma ampla e em contextos culturais particulares.

No terceiro capítulo é apresentada a metodologia empregada para a elaboração do estudo. É dividido em: caracterização do estudo, área e população do estudo, etapas da pesquisa, instrumentos e técnicas de coleta de dados, análise dos dados, limitações da pesquisa e aspectos éticos. A primeira parte do capítulo descreve o percurso histórico dos povos da costa equatoriana e do povo Manta. Os subitens trazem notas sobre *comunias* ancestrais, notas sobre a sua história ecológica e política; e os impactos nos ecossistemas e modos de vida da população.

O quarto capítulo trata do artigo original, intitulado “*Comunias* Ancestrais e Alimentação. Transição, Despojo e Resistência no Litoral Equatoriano”, em que são abordados os resultados e discussão do presente estudo. O capítulo cinco apresenta as considerações finais da dissertação. Ela aborda a disponibilidade e acesso dos Manta aos alimentos, num contexto cada vez mais adverso para as comunidades locais. Em seguida são apresentadas as referências e apêndice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ABORDAGEM DA ECOLOGIA HUMANA

Estudos bioculturais da alimentação e nutrição desenvolvidos desde a década de 1970 buscam compreender as inter-relações de forças sociais e biológicas que moldam o uso alimentar humano e o estado nutricional de indivíduos e comunidades. A abordagem da ecologia e a sua conexão com a saúde desenvolvida ao longo dos anos 1960, chama a atenção sobre a inteconexão dos sistemas ecológicos, a destruição desses sistemas pelas atividades humanas e as implicações para a saúde e para a sobrevivência (FÓLLER; HANSSON, 1996).

Na mesma década, antropólogos sociais norteamericanos aportam com uma perspectiva mais ampla, integrada e multicultural, para entender as conexões da ecologia e a cultura, como Roy Rappaport e Emilio Moran, os quais fornecem um marco conceitual que inclui relações ecossistêmicas, respostas fisiológicas humanas, ajustes regulatórios sociais e culturais, uso da informação e tomada de decisões (FÓLLER; HANSSON, 1996; p.14). Esses estudos falam da adaptabilidade humana em distintas condições ecossistêmicas. Desde a época, muitos estudos têm sido desenvolvidos que dão conta da necessidade de um olhar intedisciplinar, para compreender como as mudanças na natureza implicam trocas na população. Rolf L. Wirsing (1985; p.302) enuncia dois temas a considerar; o primeiro é que,

“as sociedades tradicionais com mínimo ou nenhum contato com idéias, artefatos e representantes das sociedades industriais tendem a estar bem adaptadas a os seus ambientes e a gozar de bons níveis de saúde e nutrição; e o segundo, é que, assim que essa sociedade tem contacto amplo e contínuo com a sociedade industrializada e, conseqüentemente, experimenta mudanças socioculturais, tecnológicas e ambientais, a adaptação e saúde estão ameaçadas”.

Da mesma forma, a perspectiva ecológica da saúde fala do equilíbrio dos sistemas, que sendo dinâmicos, não interrompam os fluxos e ciclos naturais em que o ser humano é parte (FÓLLER; HANSSON, 1996). No entanto as sociedades estão mudando impactadas pelos processos de modernização, globalização,

urbanização, iniquidade socioeconômica crescente e o desenvolvimento econômico ocidental. Neste atual contexto,

“A compreensão de qualquer problema relacionado à saúde [...] requer conscientização das tendências mundiais de crescimento populacional, esgotamento de recursos e deterioração ambiental, todas elas afetando o bem-estar humano e a saúde. Essas tendências têm seus próprios agentes determinantes, mas também estão unidas, tanto numa teia de causalidade mútua quanto como contribuintes para a doença, particularmente nos países mais pobres do mundo e entre as populações menos privilegiadas em todos os países (FÖLLER; HANSSON, 1996; p.25)”.

Como observado por estudos de autores da saúde coletiva no Brasil, as condições de saúde dos povos indígenas são precárias, colocando-os em uma posição de desvantagem em relação a outros segmentos da sociedade nacional (COIMBRA JR; SANTOS, 2000). Da mesma forma, no Equador, se observa como as já existentes desigualdades sociais e a intensificação do modelo neoliberal de meados dos anos 1980 agravam as condições de saúde das populações empobrecidas e, estudos atuais, mostram ainda maiores diferenças sociais como a do gênero e entre grupos etnonacionais (BREILH, 2009). Segundo Breilh (2009; p.13),

“Os contrastes sociais são a expressão de uma estrutura de poder e a relação distinta cada classe social tem com essa estrutura de poder o que molda as chamadas formas de viver que, com seus padrões estruturados de trabalho, consumo, organização e suporte social, formas culturais e relações com os ecossistemas, determinando pela sua vez os padrões de exposição e vulnerabilidade e, conseqüentemente, o tipo de protetores ou processos destrutivos que nós experimentamos até desenvolver condições variáveis nos fenótipos e genótipos e finalmente processos de saúde e enfermidade típicos para cada grupo”.

Desde um olhar crítico da saúde, não é possível separar os processos biológicos dos processos históricos, ecológicos e sociais onde

interatuam os diferentes grupos sociais e que estabelecem as condições de reprodução destes grupos. No Equador, no ano de 1986, foi realizado o primeiro inquérito nacional sobre a situação alimentar, nutricional e de saúde de crianças equatorianas menores de cinco anos (DANS) que registrou elevadas prevalências de desnutrição aguda e grandes desigualdades entre o espaço urbano e rural, entre as regiões Serra e Costa, e onde a população com maiores níveis de anemia foram as de escassos recursos econômicos (ENSANUT-ECU 2011-2013, 2014; p.51). A *Encuesta Demográfica y de Salud Materna* (ENDEMAIN, 2004) revelou as mesmas condições de desigualdade em saúde (18 anos depois), com o dato relevante que falava de uma epidemia de sobrepeso e obesidade nas mulheres em idade fértil (ENSANUT-ECU 2011-2013, 2014; p.51). A transição nutricional no Equador é de fato uma problemática que está em ascensão e onde intervêm diferentes fatores estruturais que precisam se transformar e assim se transformar também os padrões de vida e as condições derivadas de saúde, alimentação e nutrição.

2.1.1 Os sistemas alimentares

A perspectiva biocultural da alimentação e nutrição, desenvolvida por autores norte-americanos como Jerome, Kandel e Pelto nos anos de 1980 aportam o conceito de sistemas alimentares, que pode facilitar a análise de fatores que intervêm nas mudanças nos modos de vida e os impactos na dimensão alimentar de povos e comunidades. O sistema alimentar é composto pelos vários fatores ligados à alimentação, cujas inter-relações afetariam o estado nutricional da população. Ele inclui todas as atividades, instituições sociais, entrada e saída de materiais e conhecimentos culturais dentro de um grupo social que está envolvido na produção, distribuição e consumo de alimentos (PELTO; GOODMAN; DUFOUR, 2000; p.3).

O sistema funciona de forma interdependente, ou seja, a alteração de uma das suas dimensões pode significar mudanças no resto delas. Como sistema interconectado, as formas tradicionais de subsistência dos povos e comunidades não só satisfazem as necessidades de reprodução material do grupo, mas também tecem valores ao redor do intercâmbio e compartilhamento de alimentos entre as pessoas, criando um sentido identitário. Assim, ao redor dos sistemas alimentares se encontram articuladas dimensões econômicas, ambientais, tecnológicas, culturais, sociais e simbólicas. Os impactos nos territórios trazem desdobramentos nas comunidades tradicionais, estas procuram

estratégias e soluções, porém a intensidade e mecanismos com os quais as mudanças ocorrem nas últimas décadas, ameaçam gravemente suas fontes de vida.

Estudos de saúde coletiva no Brasil definem como “*racismo ambiental*” o fenômeno onde populações excluídas são frequentemente expostas a ambientes altamente contaminados que ameaçam suas condições de vida e aumentam os riscos para a sua saúde (COIMBRA JR.; SANTOS, 2000). No Equador, ao se intensificar o modelo de acumulação econômica nos anos 1980 e 1990 onde a economia do país depende da exploração de recursos naturais para satisfazer mercados internacionais, as mudanças no campo se aceleram, afetando a vida das pessoas e a sua saúde. Breilh (2010) fala do aparecimento de “*uma nova ruralidade neoliberal*”, caracterizada pela transnacionalização da economia agrária e perda de soberania; uma tendência marcada para a monopolização da terra e da água, uma intensificação produtiva - das vastas monoculturas para a agroexportação e o extrativismo - e uma decomposição das relações sociais ancestrais e comunitárias assim como a crescente perda de padrões culturais e a sua diversidade. Nos anos de 1990 o Movimento Indígena Equatoriano e as organizações ecologistas começam a denunciar os impactos da exploração a natureza, aos territórios e à vida das comunidades tradicionais. Abre-se um novo panorama em que as demandas dos direitos dos povos indígenas na defesa dos seus territórios, e o reconhecimento da pluriculturalidade que o estado promulgava, se exercem desde a pressão da sociedade civil.

Esse contexto favorece as *comunidades* da Costa e a sua luta pela posse de suas terras ancestrais e pelo uso dos seus recursos coletivamente. No entanto, essas populações que dependeram dos ecossistemas marinho-costeiros para a sua alimentação, desde várias décadas vêm sendo despojadas desses recursos que hoje são explorados. Estudos indicam que a demanda por produtos pesqueiros pelas economias industrializadas mostra sinais evidentes de esgotamento e superexploração nas 13 das 15 áreas de pesca mais importantes do planeta (CARDENAS, 2013). Deve-se salientar que estes são recursos não renováveis e que a sua exploração ao nível industrial prejudica as comunidades costeiras e ameaça suas fontes de subsistência.

Diante das complexas mudanças que os povos no Equador e no resto do mundo vêm experimentando historicamente, insistimos na necessidade de abordagens multicausais que considerem as interações entre as dimensões biológica e sociocultural da alimentação e nutrição para uma compreensão maior dos fatores que intervêm neste campo complexo. O diálogo entre nutrição e antropologia facilita a

compreensão dos processos locais, as mudanças e a atuação dos atores envolvidos num determinado contexto.

2.1.1 Alimentação, nutrição e cultura: a necessidade de um diálogo

A alimentação é considerada uma prática social complexa e tem sido estudada amplamente desde a sociologia até a antropologia através do mundo, em especial desde a década de 1960. Da Matta (1986; p.56) estabelece uma diferença entre comida e alimento, em que,

“comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”.

A dimensão sociocultural da alimentação entende que não somente comemos para nutrir o nosso corpo num nível fisiológico, mas comer envolve outros muitos aspectos, envolve seleção, escolhas, ocasiões e rituais, imbricar-se com a sociabilidade, com ideias e significados, com as interpretações de experiências e situações (CANESQUI; GARCIA, 2005). Nas palavras de Canesqui e Garcia (2005; p.9),

“para serem comidas, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, e tudo isso é material cultural”.

Ela abrange múltiplas dimensões da vida social, como as escolhas do que é comestível e não é comestível, do que é desejável, ou do que é consumido para satisfazer a fome (GARNELO; BARÉ, 2009). A cultura molda a seleção alimentar, impondo as normas que prescrevem, proíbem ou permitem o que comer (CANESQUI; GARCIA, 2005).

Segundo Woortmann (2013; p.6):

“Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidas, mas também pensados, quer dizer, a comida possui um significado simbólico - ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem. A família não se reproduz apenas biologicamente, nem produz apenas sua força de trabalho. Ela se reproduz

também simbolicamente, e uma das dimensões dessa reprodução pode ser apreendida pelo modo de comer. O gênero é também construído, no plano das representações, através da percepção da comida, quem come o quê, quando, em quais circunstâncias. Com isso pode-se afirmar que a comida 'fala' da família, de homens e de mulheres, tanto para o pesquisador, como para as próprias pessoas do grupo familiar - e através deste, da sociedade”.

No entanto, a inserção da alimentação no sistema cultural e o fato de a comida e do comer serem atos cheios de significado, não deve deixar de lado a análise dos fatores materiais, as hierarquias e as mudanças, as diferenciações internas, influências socioculturais externas e os fatores históricos e materiais.

Comemos por necessidade vital e conforme a sociedade em que vivemos, comemos de acordo também com a distribuição da riqueza, os grupos e classes de pertencimento, marcados por diferenças, hierarquias, estilos de comer, atravessados por representações coletivas, imaginários e crenças (CANESQUI; GARCIA, 2005; p.11).

Daí que a abordagem multidisciplinar que, ao contrário de reduzir a dimensão da alimentação e nutrição a uma visão biológica, pretende ampliar as possibilidades da compressão dos problemas alimentares que hoje em dia atravessam as populações: pobreza, miséria e fome convivem ao lado da abundância alimentar que traz outros problemas como o crescimento de doenças de ordem metabólica, como apontado por Woortmann (2006), falar de saberes e práticas alimentares, fala dos impactos das sociedades modernas sobre as populações locais.

Nessa rede de fatores em interação é de vital importância reconhecer que existe um sistema de ideias sobre alimentação, lógico, coerente e legítimo, e articulado com as demais dimensões da vida e do pensamento das populações locais (LEITE, 2007). Portanto é de suma importância a aproximação aos sistemas alimentares locais como uma parte fundamental no planejamento de ações relativas à saúde das populações. É necessário abordar as ações que comprometem as localidades desde o estabelecimento de uma relação dialógica, na qual a heterogeneidade e diversidade culturais sejam parte constitutiva das soluções.

2.4 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DOS POVOS DA COSTA E DO POVO MANTA

Os Manta, também conhecidos como Manta-Huancavilca, são descendentes da cultura Mantenha (800-1530 d.C) estabelecida na costa sul do Equador, na província de *Manabí*. Historicamente, a região equatoriana fazia parte da região do Norte Andino, “Área Setentrional Andina” (ASA), compreendida entre o norte do Peru, todo o Equador, até o sul da Colômbia. A área correspondente à costa equatoriana é a “Área Setentrional Andina Oeste” (ASAO), formada ao longo de toda a faixa costeira do Equador, de norte a sul (ÁLVAREZ, 2002).

Segundo vários historiadores, a língua *Huancavilca* não é bem documentada e é considerada não classificada. Jijón e Caamaño (1941) e Paz e Miño (1961) consideram os *Huancavilcas* e vários grupos vizinhos como membros de uma hipotética família linguística *atallán* (ECUADOR; CONAIE, 2014). Jijón e Camaño também consideram a linguagem do povo Manta como parte da família Manabi-Huancavilca-Puná, que se relacionam com o *Moche*, o *Cañar* e o *Puruhá* das montanhas a leste (APUD, 2014). O povo Manta teve contato com os colonizadores no século XIV, e a partir desse momento abandonou sua língua, adotando o castelhano como língua oficial até os dias de hoje.

Desde os tempos pré-colombianos, ou “tempo dos antigos”,

“Os indígenas da costa ocupavam um vasto território marcado pelas relações de troca de longa distância com a área centro andina e mesoamericana. Suas habilidades na navegação e comércio, associadas às capacidades de mobilidade e comunicação, desempenharam um papel central na criação de um mercado que representou a posse e gestão de bens econômicos importantes para a manutenção de seu território e reprodução material e cultural posterior (ÁLVAREZ, 2002; p.50)”.

Fatores ecológicos e socioeconômicos foram tecendo um território autônomo até a chegada dos espanhóis. Cabe salientar que o Império Inca instalou o centro do poder na região da Serra do Equador, o qual se diferenciou da costa que ocupou um papel de "semi-periferia" do Império (ÁLVAREZ, 2002). As características desta autonomia foram: a gestão das diferentes zonas ecológicas, a fabricação de

matérias-primas tais como balsa e *caña guadúa*¹ para a construção naval; e a gestão do mar² (ÁLVAREZ, 2002; p. 50).

No contexto das relações internas da ASA, a costa também está envolvida em redes horizontais que ligam o mar com a cordilheira costeira, que se estendem pelos Andes e alcançam a Amazônia (ÁLVAREZ, 2002). Sal, pimenta e algodão dos *yumbos*³, foram obtidos por meio do intercâmbio e em tempos coloniais por moedas por *llajtas*⁴ serranas (ÁLVAREZ, 2002). Esta atribuição às redes sociais, que vão além e transcendem os limites do espaço fixo é que definem a singularidade dos *povos balseiros* da costa equatoriana (ÁLVAREZ, 2002; p.57).

A invasão espanhola marca uma primeira irrupção na vida dos povos indígenas da costa, e suas redes de intercâmbio são modificadas sob a demanda colonial. Inicia-se assim, “a segunda fase das *Encomiendas y Reducciones*, com o declínio acentuado da população, a concentração em “aldeias de índios” e a delimitação de um domínio político territorial imposto pelo estado colonial [...] por sua vez restringiu o uso das antigas zonas ecológicas” (ÁLVAREZ, 2002).

Conforme Álvarez (2002; p.58),

“A sociedade *Huancavilca* resiste ao dramático declínio demográfico, se fracionando como unidade maior e se atomizando em parcelas desagregadas ou fugas para as áreas mais inóspitas da floresta [...] desde o início manter as rotas e fornecimento torna-se crucial [...] Aos espanhóis convém ter aliados na faixa costeira [...] As antigas redes de circulação de produtos e informação encontram uma nova função e novos setores de demanda [...] As rotas marítimas, portanto, readaptam-se ao tráfego comercial e de abastecimento da população colonial, agenciadas por peritos indígenas [...] entrelaçando até o século XVIII desde o Porto de Guayaquil, um número de portos menores em um complexo de comunicações que as vinculam ao Vice-Reino do Peru e do Panamá”.

¹ Espécie de bambu, de espessura grossa e comprida.

² Extraíam e comerciavam *Spondylus*, uma concha altamente valorizada por cumprir uma função de “bio-indicador térmico”, que previa as mudanças que poderiam afetar a produção agrícola ou a fauna marinha (ÁLVAREZ, 2002; p.50).

³ *Yumbos* ou selvagens, como chamavam os Incas a esta rede de relações sociais incorporadas em sociedades mais antigas, foram essenciais ao desenvolvimento comercial, material, simbólico e ritual da “ordem Andina” (ÁLVAREZ: 2002).

⁴ Em quichua significa “terras”.

O que parece explicar esse particular processo é o êxito que alcança uma economia étnica que, ao produzir para o mercado colonial, consegue a acumulação de um relativo ganho, o qual cobre as necessidades de subsistência de sua população (ÁLVAREZ, 2001).

“Formam-se "grandes comunidades étnicas" que abarcam milhares de hectares. Conhecedores da natureza e seus ritmos combinam o acesso articulado à *Cordillera Chongón-Colonche*, com planícies de alta capacidade de irrigação no inverno e provisão de irrigação no verão, a faixa costeira marítima, com suas ilhas, manguezais, savanas de floresta seca [...] reinventa-se um território sobre o qual o grupo demanda exercer o controle e a exploração coletiva de recursos (ÁLVAREZ, 2002; p.66)”.

Os povos indígenas da costa equatoriana desenvolvem no século XVIII uma "autonomia embrionária" (ÁLVAREZ, 2002) que seria marcada pela luta em defesa do território como uma referência histórica e política que começa nos tempos antigos. No entanto, este processo não esteve isento de conflitos e confrontos, conforme se referem os líderes das comunidades costeiras:

“A propriedade comunitária, nunca foi uma concessão ou forma humanitária dos colonizadores, mas o grau de organização e resistência das comunidades indígenas [...] durante o período colonial, cuja organização e resistência *comunal* permitiu-lhes a defesa e manutenção das suas terras. (Testemunho de 1989; ÁLVAREZ, 2002)”.

As unidades territoriais constituídas ao longo da colônia e da república se mantiveram até a promulgação da Lei de Governança e Organização das *Comunas* em 1937, momento em que se fracionam, envolvendo mudanças socioculturais e econômicas, principalmente relacionadas ao acesso tradicional dos recursos de diferentes zonas ecológicas (ÁLVAREZ, 2002). As implicações da posse da terra e seu fracionamento em *comunas* forçaram

“[...] a sedentarização das famílias anteriormente mobilizadas sazonalmente em uma área ampla, conseguindo assim acesso a vários recursos e

bens por longas distâncias. Muitos locais antigos de produção tornam-se independentes como *Comunas* ou Recintos, desarticulando grandes espaços e restringindo o manejo extensivo no político, econômico e social (ÁLVAREZ, 2001; p.105-106)”.

Apesar disso, as fronteiras não implicam para os Manta deixar de circular pelos diferentes territórios:

“Por meio das relações de parentesco as pessoas de várias aldeias atravessam os territórios parcelados pela Lei, para explorar e aproveitar os recursos [...] continua a ser o caráter coletivo da terra que recai sobre a recuperação como suporte simbólico da comunidade (ÁLVAREZ, 2002; p.70)”.

A mudança da organização política e territorial, apesar de ser útil para a defesa do território, implicou formas alheias ao modo de gestão histórica dos ecossistemas e uma série de mudanças sociais, em que alguns dos elementos tradicionais permaneceram e outros se transformaram. Conforme a descrição de Álvarez (2001; p.30):

“[...] as famílias são cada vez mais endogâmicas, os chefes de família afiliam-se a uma única *comuna*, pagam suas taxas e impostos, contentam-se com as possibilidades oferecidas pelo meio ambiente e renunciam aos direitos nos outros espaços *comunais* [...], no entanto, embora os trabalhos coletivos que foram chamados de ‘fainas’ que incluíam toda a comunidade fossem perdidos, numerosas formas de ajudas mútuas coletivas agora organizadas pelos bairros sobrevivem”.

A década de 1950 foi um marco nas condições de vida das pessoas devido ao extenso desmatamento e à perda progressiva dos recursos naturais que acentuam os ciclos de seca, o que parece ter influenciado o declínio do *El Niño*, fenômeno que ocasiona chuvas na região e que permitia a extensão da agricultura para além dos meses de inverno (ÁLVAREZ, 2001). O agravamento da seca nas décadas seguintes “colocará à prova o novo sistema organizacional e as restrições de acesso a recursos utilizáveis, provocando também [...] a

migração para os centros urbanos, especialmente Guayaquil, modificando o universo das alianças sociais” (ÁLVAREZ, 2001: p.158, 30).

A economia imposta pela Segunda Guerra exigiu que as pessoas alterassem suas formas e meios de produção. Começou-se a explorar petróleo e intensificou-se a exportação de *commodities*, como o cacau, borracha, *tagua*⁵, lenço de palha ou *paja toquilla*, lã de ceibo e balsa em toda a costa. Esta época gerou as mais graves situações de perda de produção e migração para as grandes cidades (ÁLVAREZ, 2001).

O modo de vida das pessoas da área, baseado na pesca artesanal, também foi ameaçado quando na década de 1970 se inicia o negócio da pesca industrial, criando sérios impactos nos ecossistemas, dando lugar a novas frentes na disputa sobre a exploração de recursos e tentativas de apropriação de terras *comunais* (ÁLVAREZ, 2002). As *comunas*, como analisado por Alvaréz (2002), concentraram no conceito de territorialidade o elo fundamental de coesão e reprodução de seus valores culturais:

“Isso explica por que nem todos os membros das comunas são ‘campesinos’, proprietários de um terreno agrícola, e que empregados, diaristas e comerciantes aderem a um projeto que inclui algo mais que o meramente produtivo” (ÁLVAREZ, 2002; p.12).

A defesa de uma área de poder compartilhado coletivamente através de um longo período histórico tornou-se o emblema da identidade (ÁLVAREZ, 2002). Esses processos identitários, no caso das *Comunas*, apresentam um carácter dinâmico e estratégico particular, que aponta a defesa do direito de autodeterminação tanto quanto a opção de seguir desenvolvendo um projeto de vida autônomo.

No entanto, a recrudescência no Equador do neoliberalismo nas últimas décadas tem significado para as *comunas* o despojo, a precarização da vida e a marginalização da sociedade equatoriana. A exploração dos recursos marinhos pela indústria pesqueira instalada na área, junto com a privatização dos ecossistemas por parte de investidores privados estão minando as possibilidades para o desenvolvimento autônomo da população. A desigualdade social como fator político estrutural da sociedade equatoriana se expressa em uma discriminação sistemática das populações camponesas, indígenas e afrodescendentes, que têm menos oportunidades e acessos do que o resto da população.

⁵ Também conhecida como marfim vegetal.

3 MÉTODO

3.1 CARACTERIZAÇÃO E INSERÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo etnográfico que pretende descrever os sistemas alimentares da comunidade de *Rio Chico*, estado de *Manabí*, Equador, a partir da perspectiva biocultural da alimentação e nutrição (PELTO; GOODMAN; DUFOUR, 2000). A coleta de dados foi realizada em um período de três meses, compreendendo o segundo semestre do ano 2017 e o primeiro semestre do ano 2018.

3.2 ÁREA E POPULAÇÃO DE ESTUDO

3.2.1 *Comunas* ancestrais, entre o mar e a cordilheira

As *Comunas* ancestrais estão assentadas na região da Costa equatoriana. A Costa está influenciada pelo eixo equatorial e os Andes, onde a altura é que diferencia os ambientes e é classificada, por isto, como uma região tropan-dina. A região está localizada dentro de uma faixa de largura variável, de 20 km a 200 km, e uma longitude de 530 km, a oeste localizam-se os Andes, e a leste o Oceano Pacífico. Dentro deste cinturão levanta-se a Cordilheira *Chongón-Colonche* que desempenha um papel essencial na atração de chuvas e disponibilidade de zonas úmidas para a agricultura; ao sul atinge sua proximidade máxima ao mar e se caracteriza como uma agricultura de montanha quase permanente (ÁLVAREZ, 2002).

Como descrito por Álvarez (2002) a vegetação distribuída e associada com a alternância de chuvas se descreve como “um ambiente instável que depende, para o seu ciclo de recuperação das chuvas e de uma exploração e desmatamento prudentes da cobertura vegetal, uma situação que parece entrar em desequilíbrio com o impacto colonial” (ÁLVAREZ, 2002; p. 73).

A região apresenta algumas variações no clima que vão do clima semiárido ao clima seco. Há apenas uma estação chuvosa alternada com calor e sol intensos, que começa em dezembro até abril e termina em maio. Leves garoas ou névoa costeira com humidade elevada ocorrem entre junho e novembro (ÁLVAREZ, 2002).

O estudo foi desenvolvido no estado de *Manabí*, localizado no centro noroeste do Equador continental, na região Costa. A Figura 1 mostra o mapa do Equador destacando a região da Costa em amarelo,

onde se localiza o estado de *Manabí* e a sua capital, a cidade de *Portoviejo*.

Figura 1 - Mapa do Equador e Região da Costa



Fonte: ECUADOR. Mapa Ecuador. Disponível em: <http://www.forosecuador.ec/imgfe/mapaecuador.jpg> (2015).

O estado de *Manabí* abrange uma área total de 18.940 km². A geográfica do local é conformada por um emaranhado de rios, estuários, mangues, penínsulas e baías. O Oceano Pacífico banha 350 quilômetros da costa de *Manabí*. A temperatura não é uniforme em todo o estado, oscilando entre 25°C e 23,80°C (ECUADOR, CONSEJO PROVINCIAL DE *MANABÍ*, 2007).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INEC), *Manabí* tem uma população de 1.369.780 habitantes (ECUADOR; INEC, 2010), constituindo a terceira província mais populosa do país depois de *Guayas* e *Pichincha*. Ele é constituído por vinte e dois municípios com comunidades urbanas e rurais.

Puerto Lopez é um dos municípios do estado, situado ao sudoeste, ocupando 50 km lineares de faixa costeira. O município abrange uma área total de 441,96 km². O local é rico em recursos naturais, especialmente em recursos marinho-costeiros.

O território de *Puerto Lopez* está localizado em uma área de grande interesse biogeográfico, conhecida como a região de *Tumbes* ou

floresta seca *tumbesina*. Esta área faz parte das chamadas florestas ocidentais consideradas um dos *hotspot* mundiais de biodiversidade. Apesar da sua importância em termos de conservação, os *hotspots* constituem um dos ecossistemas mais severamente ameaçados do mundo (ECUADOR, CONSEJO PROVINCIAL DE MANABÍ, 2007).

Dentro do Município se localizam quatro *Comunas* Ancestrais: *Las Tunas*, *Salango*, *El Pital* e *Água Blanca*. As *comunidades* possuem seus respectivos Recintos (pequenas unidades de organização dentro do sistema político *comunal*). O mapa da figura 2 mostra a *Comuna de Salango*.

Figura 2 - Mapa da *Comuna de Salango*



Fonte: ECUADOR. Mapa da *Comuna de Salango*. *Comuna de Salango*: Pronareg (1989).

A *Comuna de Salango* ocupa uma extensão de 2,536 ha. e se localiza numa área de colinas, florestas e vales fluviais, e sobretudo, de

praias e ilhas, fontes importantes de recursos marinho-costeiros incluindo grandes populações de peixes de espécies pelágicas; e nos ecossistemas de recifes, variedades de moluscos como a concha *spondylus* e outros.

Em *Salango* convivem instâncias formadas pelas organizações sociais como a *Comuna* e organizações do Governo como a Paróquia (pertencente à jurisdição administrativo-política do Município de *Puerto López*) organizada em meados dos anos 1990.

A Tabela 1 descreve as comunidades que compõem a Paróquia de *Salango*, com o número de domicílios, famílias e habitantes registrados em 2015.

Tabela 1 - Paróquia de *Salango*, Comunidades e População

| COMUNIDADES | DOMICÍLIOS | FAMÍLIAS | HABITANTES |
|--------------------|------------|----------|------------|
| <i>Salango</i> | 365 | 393 | 2082 |
| <i>Rio Chico</i> | 109 | 115 | 501 |
| <i>Puerto Rico</i> | 106 | 114 | 384 |
| <i>Las Tunas</i> | 170 | 199 | 781 |
| <i>Las Cabañas</i> | 48 | 61 | 269 |
| <i>Ayampe</i> | 102 | 122 | 472 |
| TOTAL | 900 | 1004 | 4489 |

Ao sul de *Salango* localiza-se a praia, o porto pesqueiro e um balneário turístico. No mesmo local situa-se a empresa de processamento de farinha e óleo de peixe *La Polar S.A.*

3.2.2 Notas sobre a história econômica e política da *Comuna de Salango*

A formação das *Comunas* Ancestrais e o seu reconhecimento como sujeito de direitos colectivos diante o estado, se concretiza ao longo das primeiras décadas do século XX. Neste processo de integração foram reconhecidas as *comunas* de *Salango*, *El Pital*, *Água Blanca* e *Las Tunas* nas terras que atualmente fazem parte do *Parque Nacional Machalilla*, área que fazia parte dos domínios ancestrais da cultura "Manta-Huancavilca" (GUERRERO, 2013; p.130,131).

A *Comuna de Salango*, conformada por *Salango* e pelo recinto de *Rio Chico*, possui um território coletivo de 2.536 hectares concedido através de escritura pública emitida pelo Ministério da Agricultura e

Pecuária no ano 1991⁶. Ela foi legalmente constituída no ano 1979 através do *Acordo Ministerial* No. 0074, emitido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Em 2004, após um processo de autodefinição foi registrada como *Comunidade de Raíces Ancestrais* por meio do Acordo nº 016 no Conselho de Desenvolvimento das Nacionalidades e Povos do Equador (CODENPE).

Para Álvarez (2016), as *comunas* apontavam a garantia da sobrevivência e o reconhecimento dos seus direitos coletivos diante das políticas do estado dominante. Assim, segundo a autora,

“A resistência étnica baseada na autorepresentação dos nativos como descendentes históricos dos povos indígenas da costa, constituiu-se de vital importância para adquirir reconhecimento social diante do cenário político e as tentativas de desapropriar seus recursos ou negar os seus direitos. Também tem significado uma tática apropriada à conjuntura, para transformar a etnia do capital simbólico em um mecanismo de proteção legal, e assim obter vantagens na captação de recursos econômicos (ÁLVAREZ, 2016)”.

Para identificar-se como um grupo organizado,

“Eles usam o nome genérico oficial de *comuneros* e *comuneras*, mas nas suas narrativas, eles se veem como pessoas diferentes dos "brancos" e com seus próprios direitos sobre um território coletivo que ocuparam continuamente ao longo de suas vidas e por séculos, e que eles administram de forma autônoma e singular (ÁLVAREZ, 2002, 2016; p.22)”.

Seus direitos como povos e nacionalidades estão contidos na atual Constituição (artigos gerais 56 e 57), onde as *comunas* são reconhecidas como uma forma ancestral de organização territorial coletiva (artigo específico 60) (ECUADOR, CPR, 2008).

As *comunas* funcionam por meio de um *Cabildo* (conselho), eleito anualmente, e as decisões das assembléias se realizam por meio de consenso e são executadas pelo *Cabildo* (ÁLVAREZ, 2017). A

⁶No ano de 1992 é registrada no Registro de Propriedades de Canton Jipijapa sob o item nº 263, e em 2005 no Registro de Imóveis do Canton de Puerto López.

organização *comunal* envolve valores e práticas complexas, segundo a autora,

“Há o senso de envolvimento conjunto associado aos seus bens comuns, e um modo de vida que requer apoio mútuo constante, e a tomada de decisão e compromisso compartilhados permanentes. Assim, a *Comuna* mostra como capital social relevante a capacidade de promover ações coletivas, voltadas a propósitos comuns e democraticamente aceitos (ÁLVAREZ, 2017; p.366)”.

As funções da *Comuna* compreendem administrar territórios que contêm diversidade de recursos materiais e simbólicos “que fazem a história da referência coletiva e através das assembleias legitimam por consenso os direitos dos familiares aos recursos do comum” (ÁLVAREZ, 2017; p.366). As assembleias, ao dizer da autora,

“Não se tratam apenas de estatutos e regulamentos, mas de uma ideologia que é aprendida e transmitida na socialização dos indivíduos e que garante a coexistência e o respeito comum [...]. A prática social também está ligada a uma ideologia tácita de relações com a natureza e os seres que nela habitam (ÁLVAREZ, 2017; p.367)”.

Segundo Álvarez (2016), apesar das mudanças globais das últimas décadas,

“As *comunidades* conseguiram manter a propriedade coletiva de seus recursos naturais, autogoverno da assembleia, representação através de seus conselhos, certas práticas sociais e um modo de vida que os diferencia de outros grupos da região”. O processo de resistência étnica está relacionada a “práticas [...] inteligentemente calculadas para garantir e melhorar a segurança jurídica em milhares de hectares de propriedade coletiva, fortalecer o respeito aos direitos políticos adquiridos, preservar um modo particular de vida, e defender a governança que as linhagens históricas construíram. Elas não estão respondendo neste cenário com improvisos,

mas guiados pela consciência política da história vivida como um grupo étnico. (ÁLVAREZ, 2016; p.329)”.

Em *Salango* convivem com a *Comuna*, e outros organismos, como a Paróquia, constituída no ano de 1990, que representa o estado, e que se integra politicamente ao município de *Puerto Lopez*. Álvarez (2017; p.372) descreve as Paróquias como:

“Unidades territoriais, que através de suas juntas, operam como governos autônomos descentralizados (GADS), mediando agora o espaço local com o governo nacional e, assim, reforçando o direito do Estado à autonomia *comunal*. Como consequência, as competências e capacidades de ação para as *Comunas* estão sendo subtraídas”.

Segundo autores que realizam pesquisas na área, existe uma *crise política* dessas facções (*Comuna* e Paróquia) pela presença de forças externas que produzem um maior desequilíbrio nas relações sociais existentes (MARTINEZ; GRABER; HARRIS, 2016). Como observado em linhas anteriores, a presença da indústria pesqueira e investidores privados através da apropriação ilícita de terras em cumplicidade com os governos locais, tentam impactar uma e outra vez na organização *comunal*, provocando o seu enfraquecimento. Na prática, os interesses da Paróquia vão-se impondo diante da organização *comunal* que vai perdendo protagonismo na administração territorial, enquanto avança a implementação do modelo de desenvolvimento capitalista.

Como analisado por Álvarez (2017; p.370):

“Embora os direitos à propriedade coletiva, à natureza e a uma maneira diferente de interpretar, representar e organizar o mundo, o Sumak Kawsay⁷, as ações políticas acabam se

⁷ O Bem Viver é um princípio constitucional baseado no ‘Sumak Kausay’, que inclui uma visão do mundo centrada no ser humano como parte de uma ambiente natural e social. No período do Presidente Rafael Correa (2007-2017) foi estabelecido o Plano Nacional do Bem Viver baseado na Constituição de 2008, cuja proposta é um desenvolvimento que promove a diversidade cultural e o meio ambiente em harmonia, igualdade, equidade e solidariedade. Não procura buscar opulência ou crescimento econômico infinito (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO BEM VIVER, 2013-2017). Desde 2006, competindo com o

enquadrando nos princípios, normas, interesses e lógicas do mercado global, privilegiando as formas ocidentais de ação e valoração, e centralizando mais o controle estatal sobre esses recursos do comum”.

No ano de 2017 foi eleita uma nova diretoria, que se renova depois de oito anos do período anterior, e o caráter dela é de ser uma “diretoria jovem”. A diretoria é conformada por novos perfis, e segundo os seus dirigentes, é diferente da precedente, pois o caráter desta é menos confrontativo e tende mais ao diálogo apontando as negociações que tragam benefícios, tanto com a Junta Paróquial, como com a empresa *La Polar S.A.*

Para entender a complexidade da organização *comunal* e seu percurso histórico com as pressões que enfrenta na contemporaneidade, deve-se “compreendê-la em uma dinâmica relacional dupla, a do grupo em relação à sociedade global da qual faz parte e aquela dinâmica interna que inclui a perspectiva e o posicionamento dos diferentes atores que a compõem” (ÁLVAREZ, 2017; p.356).

Na atualidade, a *Comuna* encontra-se por um lado lidando com a imposição de uma agenda política do estado e de suas instituições, baseada no desenvolvimento para o crescimento econômico que implica planos de vida, projetos produtivos, etc., por outro lado com ações legais dos mesmos governos locais nas tentativas de apropriação das terras *comunais*. O estado, através da legitimidade e incidência das *Comunas* na população, implementa a sua agenda. Nos últimos anos pode-se ver que “*a pressão do Estado através de suas instituições oficiais sobre o modo de vida e o padrão cultural comunal está se tornando mais forte, mais vertical e mais unívoco*” (ÁLVAREZ, 2016; p.342).

Outras ações que revelam o assédio às terras e direitos constitucionais alcançados pelos *comuneros*, começa no ano de 2015, com as ações de apropriação das terras *comunais* do Município de *Puerto López*. Após dois anos de luta, no ano de 2017, dá-se a decisão a favor da *Comuna*, constituindo em um novo marco na sua história. No

discurso étnico da *Confederación Nacional de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE), a abordagem do Bem-viver ou do Sumak Kawsay é alternada e complementarmente baseada no valor das identidades étnicas. Esse ideal está refletido na Constituição de 2008 e é incentivado pelas políticas estaduais (PROGRAMA NACIONAL DE BEM VIVER, PNBV 2013-2017) com o reconhecimento e a recuperação não só do patrimônio cultural material e intangível indígena, mas do conhecimento ancestral como suporte essencial para a um modelo alternativo ao desenvolvimentismo hegemônico (ÁLVAREZ, 2016; p.329).

entanto, o percurso político e jurídico para a sua realização implicou, nas palavras de uma das líderes tradicionais, em vários deslocamentos dos *comuneros*, homens, mulheres e crianças, para as cidades provinciais e principais do país, a fim de pressionar as autoridades e os organismos para conseguir o sucesso das ações legais. As disputas de terras significaram para as *comunidades* quantias de recursos monetários, tempo e energia, que são obtidos dos impostos pagos pelos membros da comunidade pela posse da terra e pelos impostos da venda de terras. Essas pressões fazem com que “as *comunidades* sejam forçadas em muitos casos para a mercantilização de suas terras, ou para transferi-las para poder permanecer como uma organização e dar bem-estar à comunidade” (ÁLVAREZ, 2017; p.372).

O estado atua numa dupla direção, entretanto as suas ações ameaçam as terras *comunais* e direitos coletivos, permite a implementação de projetos de desenvolvimento que muitas vezes criam maior dependência a recursos monetários, e são acessíveis apenas por uma fração da população, o que pode agravar as lacunas econômicas no interior das comunidades. Como apontado anteriormente, esses projetos apesar de buscarem oferecer alternativas à situação crítica dos povos no

Figura 3 - Comunidade de *Salango*, Equador



Fonte: ECUADOR. Diagnóstico Sociocultural Salango. Servicio Nacional de Información (SNI, 2010).

país acabam por implementar propostas baseadas no modelo de desenvolvimento capitalista. Os resultados deste estudo mostram o caso

de um projeto de desenvolvimento baseado na implementação de estufas para a produção de alimentos na comunidade.

Figura 4 - Vista Aérea da Paróquia de *Salango*, Equador



Fonte: ECUADOR. Diagnóstico Sociocultural Salango. Servicio Nacional de Información (SNI, 2010).

3.2.3 A *comuna* ancestral de *Salango*: por uma história ecológica e seus impactos nos ecossistemas e modos de vida da população

Por décadas os *comuneros* fizeram uso dos recursos com que lhes brindava o ecossistema dentro de uma relação bastante equilibrada, e que não interrompia os fluxos e ciclos naturais, as populações eram pequenas, tinham uma dinâmica de circulação entre diferentes áreas ecológicas, e utilizavam os recursos que oferecia o entorno para a sua subsistência. Os processos de modernização, urbanização e expansão de modelo de desenvolvimento capitalista impactaram nas comunidades locais e nas suas fontes de vida, restringindo seus territórios, explorando

e poluindo a natureza. Nas últimas décadas os *comuneros* de controlar o seu território e o uso das fontes de alimentos que ele fornecia, conseguindo assim uma certa autonomia, passaram à dependência quase total dos recursos monetários para a sua reprodução biológica, social, política e econômica.

Os impactos que já vinham acontecendo na *Comuna*, como relatado em linhas anteriores, intensificam-se com o fortalecimento do modelo neoliberal na década de 1980, com a exploração dos recursos naturais na área, como a aquicultura e pesca industrial. Assim, as economias dos *comuneros* já impactadas obrigam aos membros das famílias a mudar definitivamente os seus meios de produção e a empregar-se nestas indústrias como mão de obra barata.

Na *Comuna de Salango*, a construção da estrada principal marca a chegada das mudanças no modo de vida das pessoas. Com ela iniciam processos mais intensos de urbanização, crescimento urbano e demográfico e expansão da economia de mercado, cujos signos foram a chegada das embarcações da indústria pesqueira, e posteriormente, a empresa de processamento de farinha e óleo de peixe instalada em *Salango*.

As mudanças acontecem drasticamente, e a população passa de uma economia baseada nos cultivos do café e a produção agrícola para consumo familiar, a uma economia baseada na obtenção de salários como operários da construção e da pesca industrial. A perda de autonomia e a dependência nos recursos financeiros para o acesso a alimentação implicou graves desdobramentos para a vida dos *comuneros*.

3.2.3.1 A indústria pesqueira

Como tem sido estudado amplamente do México ao Chile, a indústria pesqueira impacta gravemente nos ecossistemas e na subsistência das comunidades locais. O oceano Pacífico, considerado megadiverso em espécies marinhas, está sendo ameaçado pela pesca excessiva, captura acidental, descarte de espécies sem valor comercial, e degradação do habitat (CERDENARES, 2014; CARDENAS, 2013; ARREGUÍN-SÁNCHEZ; ARCOS- HUITRÓN, 2011), “*o que induz mudanças nas cadeias tróficas, modificando a composição específica das comunidades, bem como mudanças na estrutura, função, produtividade e resiliência dos ecossistemas marinhos*” (CERDENARES, 2014; p.2).

Segundo Cardenas (2013; p.38):

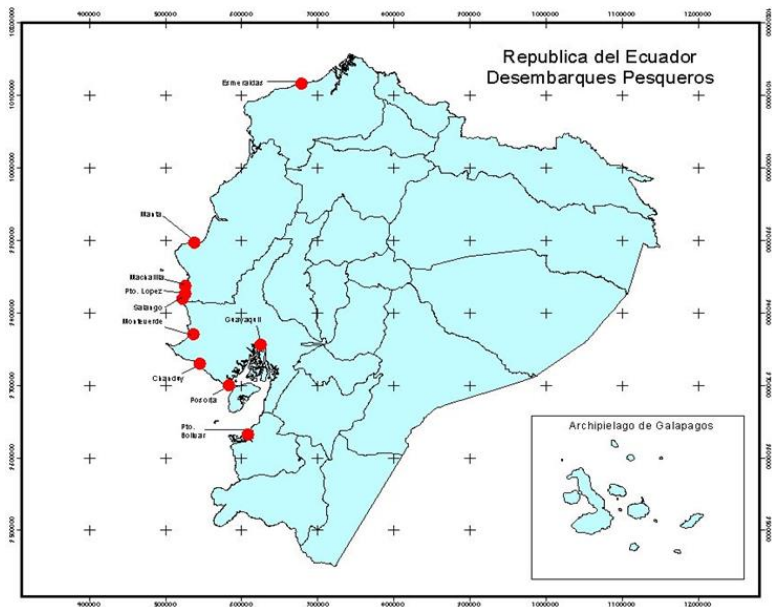
“Nos últimos anos os fluxos comerciais aceleraram-se [...] respondendo à maior disponibilidade de peixes altamente exigidos nos mercados internacionais, bem como à demanda sustentada de farinha e óleo de peixe, devido à expansão da aquicultura industrial intensiva, especialmente na Ásia e na América Latina e o crescimento da alimentação animal industrial transnacional (bovinos, suínos, aves, ovinos, salmão, truta, animais domésticos, entre outros)”.

Cabe mencionar que o Equador tem concentrado a sua economia na extração de matérias primas⁸, especialmente pescado, petróleo, ouro e madeira; e na exploração de recursos naturais de produção agrícola como banana, flores, cacau, óleo de palma, frutas, entre outros. Produtos estes em sua maioria destinados à exportação. Segundo Larrea (2005), essas atividades econômicas criam uma grande pressão sobre o meio ambiente o que torna a sustentabilidade mais crítica. Segundo Cardenas (2013), poucas áreas da produção de bens expressam mais claramente a contradição entre a implementação de políticas de livre mercado e aspectos de sustentabilidade ambiental, equidade social e soberania alimentar como aqueles constituídos pela indústria pesqueira.

A indústria pesqueira instala-se ao longo do litoral sul do Equador, abrangendo quatro das cinco províncias litorâneas, e estende-se até zonas marinhas no limite com o Peru. Nos anos de 1960 nasce o subsetor de pesca industrial associado a captura, processamento e comercialização de atum e camarão marinho, com plantas que foram instaladas em *Manta* e *Posorja*, respectivamente. Mais tarde, a pesca de pequenos pelágicos para conservas (sardinha e cavala) e farinha de peixe é adicionada (ECUADOR; FAO, 2003). A figura 5 mostra o mapa dos desembarques pesqueiros realizados na faixa costeira equatoriana.

⁸ No ano 2002, as exportações primárias representavam 90% do total e o produto manufacturado mal chega a 13% do PIB (LARREA, 2006). A situação não mudou muito: no ano 2016 as exportações primárias representaram 70% do total (OEC, 2016).

Figura 5 - Mapa dos desembarques pesqueiros na faixa equatoriana



Fonte: ECUADOR. FAO (2003).

Os líderes da *Comuna*, junto com outros setores da população⁹, há anos têm denunciado os impactos da empresa *La Polar S.A.*, nos ecossistemas e na saúde da população e exigido a compensação ambiental e a sua saída do território. Essas ações têm possibilitado à comunidade uma oportunidade para informar-se, conscientizar-se, e debater em certa medida sobre o tema ecológico e os fatores que impactam na vida das comunidades costeiras.

Uma das ações de denúncia realizada no ano de 2006 foi a entrega de um relatório ao Ministério da Saúde (MSP) com informações sobre as doenças que têm afetado a população, tais como pneumonia, devido à emissão de gases durante o processamento da farinha de peixe (ECUADOR, EL DIARIO, 2006). Também foram denunciados impactos ao meio ambiente, como poluição ambiental e despejos de

⁹ Fornecedores de serviços turísticos, Museo Arqueológico de Salango e Organismos não governamentais Ambientais. Segundo testemunhos, oportunidades de renda através das atividades turísticas não podem se constituir numa fonte de renda representativa, devido a presença da empresa.

resíduos químicos (combustíveis e óleo de motor) e resíduos de sangue e gorduras de peixe no mar.

Nas conversas com as famílias sobre a percepção da disponibilidade de peixe e outros alimentos que foram fornecidos a partir do mar, nota-se preocupação com sua escassez, atribuindo-a à pesca indiscriminada das grandes embarcações, aos regulamentos que proíbem a pesca industrial apenas um mês por ano, à venda de peixes de espécies grandes para as principais cidades e para exportação, e ao alto preço do alimento atualmente. Estas percepções concordam com dados do Centro Eco-oceanos no Chile (2013), que indicam que a demanda por produtos pesqueiros pelas economias industrializadas tem um impacto sobre a estabilidade dos estoques pesqueiros, mostrando sinais evidentes de esgotamento e superexploração em 13 das 15 áreas de pesca mais importantes do planeta (CARDENAS, 2013).

A Figura 6 mostra a empresa de farinha e óleo de peixe *La Polar S.A.*, instalada na *Comuna de Salango*.

Figura 6 - Empresa de Produtos do Peixe *La Polar S.A.*, na *Comuna de Salango*



Fonte: ECUADOR. Nomade em Sudamérica (2015).

3.2.3.2 O Parque Nacional *Machalilla*

No ano de 1979 cria-se na área o Parque Nacional *Machalilla* (PNM), considerado a maior área protegida do país. Tal área compreende duas zonas, uma terrestre de 41.754 hectares e outra marinha de 14.430 hectares. Ambas zonas são de grande riqueza florística por sua abundância e endemismo. A floresta protegida abrange uma área caracterizada pelo ecossistema de Bosque Seco e Semi-seco, a Cordilheira *Chongón-Colonche*, e ecossistemas marinhos os quais incluem praias e ilhas. O mapa da figura 7 mostra o Município de *Puerto López*, as comunidades rurais e a área protegida.

Figura 7 - Comunidades rurais do município de *Puerto López* e área protegida



Fonte: ECUADOR, Instituto Geográfico Militar del Ecuador (IGM) (2009).

A empresa pesqueira e o Parque Nacional *Machalilla* (PNM) començam operar no mesmo período, ambas as entidades, porém de natureza diferente, constituem entre outras coisas restrições ao uso de recursos pela população local. Assim como observado em estudos de ecologia em sociedades indígenas do Brasil, o estabelecimento de áreas protegidas cria conflitos porque a legislação ambiental, apesar das decisões locais, impõe restrições à subsistência de populações que vivem dentro ou próximas dessas áreas (HANAZAKI; BEGOSSI, 2000). As políticas ambientais ao contrário de garantir o acesso das populações às fontes de recursos e vigiar a defesa da natureza das atividades extrativas instaladas na área, se sobrepõem aos territórios *comunais* criando maior pressão na subsistência.

3.2.3.3 A privatização das terras *comunais*

A modo de introduzir ao leitor no tema que será abordado deve-se realizar uma série de observações acerca do contexto político prévio ao caso de privatização de terras ocorrido na comunidade de *Rio Chico*. No ano de 1998, os Direitos Coletivos foram incorporados à Constituição Política da República, e posteriormente na Constituição do 2008 se reconhecem as *comunas* como sujeito de direitos coletivos. No artigo nº57/08 (ECUADOR; CPR, 2008) se garante "manter a propriedade imprescritível de suas terras *comunais*, que serão inalienáveis, imprescritíveis e indivisíveis"; se reconhece o direito de não serem deslocados de suas terras *comunais* e se concede às *comunas* o direito à consulta prévia, livre e informada sobre os planos que possam afetá-los cultural e ambientalmente", entre outros.

Apesar da luta das *Comunas* pela defesa da terra e o reconhecimento alcançado pelo estado, no ano de 1990 atores privados, um de origem equatoriano e outro estrangeiro, adquiriram terras *comunais* de forma fraudulenta na área que corresponde ao recinto *Rio Chico*, e as privatizaram. Segundo um relatório da Fundação Regional de Assessoria em Direitos Humanos:

“No final de 1990, o estuário de La Canoa havia sido privatizado constituindo a única rota de acesso à Praia Dorada. Em 2002, foram privatizadas as estradas de *Rio Chico* e Los Ostionales, únicos acessos que levam à praia de *Rio Chico*, onde os sujeitos permanecem como usufrutuários absolutos dos recursos dessas praias, privando a população de atividades

tradicionais de subsistência e projetos de desenvolvimento turístico. Para neutralizar aos membros da comunidade que se opunham, eles instituíram julgamentos criminais de sabotagem e terrorismo (INREDH, 2004; p.2)”.

Apesar das ações de resistência e denúncia dos *comuneros* do *Rio Chico*, a situação se mantém sendo que atualmente certas áreas do seu território, como o acesso e a Praia Dourada seguem privatizadas e resguardadas por polícias que proíbem o ingresso da população.

Antes de terminar o capítulo deve-se fazer uma ressalva. A empresa *La Polar S.A.* é uma indústria pesqueira, e os investidores privados são atores que implantam à força o modelo capitalista, exercem pressão a favor da privatização das terras *comunais* com estratégias ilegítimas e inconstitucionais, dividem aos *comuneros* e debilitam a luta da *comuna*. As conseqüências destes processos, como têm sido observado, são o despojo da população das terras e dos recursos, minando ainda mais as suas condições de existência.

A defesa do território é a possibilidade de futuro da comunidade. Como apontado por Escobar (2016), o território é o espaço de efetiva apropriação do ecossistema, ou seja, os espaços que a comunidade utiliza para satisfazer suas necessidades e para seu desenvolvimento social e cultural; e que incorpora o projeto de vida comunitária.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Conforme descrito no segundo item deste capítulo, o trabalho de campo foi realizado entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018. Teve uma duração de três meses, iniciando na primeira semana do mês de novembro de 2017 estendendo-se até a primeira quinzena do mês de fevereiro de 2018, com três períodos curtos (cinco dias) de estada da pesquisadora na cidade de Quito.

Na primeira semana de novembro foi estabelecido o contato com as autoridades locais da *Comuna de Salango* para apresentar o projeto de pesquisa. Após esta primeira reunião, se realizou uma segunda, desta vez mais ampla, quando foi convocada toda a diretoria da *Comuna* e as famílias de *Rio Chico*. Os líderes da *Comuna* deram o seu consentimento para a realização do projeto e expressaram grande interesse nele, assim como nas metodologias que seriam utilizadas, e que foram explicadas com detalhe. Este contato inicial foi determinante

na relação de confiança e apoio ao projeto ao longo do seu desenvolvimento.

Na reunião expressei o desejo e a importância, pela natureza da pesquisa, de permanecer na comunidade, pedido que foi acolhido pelas mulheres, especialmente. Ao longo do trabalho de coleta de dados, fiquei hospedada no domicílio da família Ascencio-Chilán, situado no bairro 21 de novembro e integrado por seis membros; um casal, a sua filha e os seus três netos pequenos. Na permanência na comunidade, me deslocava pelos bairros visitando as famílias, enquanto em outros dias permanecia no domicílio onde me hospedava, acompanhando as atividades diárias da família ao longo do dia.

Ao longo de três meses de duração do trabalho de campo, utilizei vários métodos de coleta de dados tais como o método etnográfico, a observação participante e a aplicação de entrevistas não estruturadas e semiestruturadas (HUDELSON, 1994), registradas em diário de campo.

De forma paralela, foram realizadas oficinas de Troca de Saberes Alimentares e Culinária Tradicional, com a metodologia utilizada no ano de 2009, baseada no método da pesquisa-ação. Os detalhes dos métodos utilizados são desenvolvidos na próxima seção.

3.4 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

3.4.1 A Pesquisa Qualitativa em Saúde

A pesquisa qualitativa na área da saúde pretende contribuir com a realização de pesquisas com o uso das ferramentas das ciências sociais por meio das quais se tenta registrar a situação local, as suas especificidades sociais e culturais, assim como o complexo contexto histórico, social, ecológico e econômico. A pesquisa qualitativa em saúde envolve uma série de ferramentas de coleta de dados utilizados para pesquisar o fenômeno social e é caracterizada “por uma abordagem que busca descrever e analisar a cultura e o comportamento de humanos e seus grupos do ponto de vista daqueles que estão sendo estudados” (HUDELSON, 1994; p.2). Outro aspecto é “a ênfase em fornecer uma compreensão abrangente ou holística dos contextos sociais nos quais a pesquisa é conduzida” e por último, “[...] se baseia em uma estratégia de pesquisa flexível e interativa o que permite ao pesquisador o descobrimento de tópicos importantes que não foram visíveis antes de entrar em contato com a população e incorporá-los para o estudo” (HUDELSON, 1994; p.2) e permanecer na comunidade por um tempo

maior permitindo assim criar um ambiente de confiança no qual os entrevistados se sentem mais confortáveis (HUDELSON, 1994).

O método utilizado para descrever alguns aspectos do sistema alimentar do recinto de *Rio Chico* foi o método etnográfico porque privilegia o trabalho no local, tenta registrar a profundidade o contexto de forma ampla com foco nos distintos fatores que interatuam nele. Além da etnografia se utilizaram vários métodos da pesquisa participativa como oficinas de troca de saberes alimentares e elaboração da culinária tradicional com um grupo de mulheres da comunidade.

3.4.1.1 O método etnográfico

A abordagem antropológica no campo da saúde pretende contribuir com a perspectiva e métodos das Ciências Sociais para entender contextos locais específicos, diversos em quanto à cultura e saberes, e na centralidade da perspectiva e percepções dos atores locais. A etnografia descreve uma cultura e as suas práticas e saberes alimentares no local e por outro lado, a combinação de técnicas participativas da pesquisa qualitativa fez com que as pessoas participaram com as suas falas e ações na construção da pesquisa e paralelamente na análise sobre o tema alimentar, os fatores sociais, econômicos, ecológicos e históricos que impactam na subsistência das famílias hoje em dia, e as percepções sobre os processos de mudança permitiram aprofundar a problemática que apresenta a alimentação desta localidade na contemporaneidade. A relevância da etnografia reside em compreender outros modos de perceber a situação da alimentação, em outras fontes que não são os oficiais, dos agentes de saúde ou órgãos do estado, e entender a complexidade do contexto local desde a perspectiva dos atores locais e desde a análise ampla dos fatores que intervêm nas mudanças das comunidades locais. Permite registrar as práticas desde a idéia de mudança, entendendo a cultura como algo dinâmico.

As contribuições da antropologia e dos métodos como a etnografia no campo da saúde e alimentação vão privilegiar o fenômeno social, os saberes e práticas locais e os fatores globais que estão presentes nas situações locais (LANGDON, 2016). Como descrito acima, o estudo em questão fez uso de diferentes métodos para a coleta de dados, que serão descritos nos próximos itens.

3.4.1.2 A observação participante

A observação participante refere-se “a uma abordagem pela

qual o pesquisador se torna, em maior ou menor grau, um membro ativo e funcional da cultura em estudo” (HUDELSON, 1994; p.28). O foco da observação participante é abrangente, e procura uma “visão holística das pessoas e comportamentos sendo observados” (HUDELSON, 1994; p. 28).

A observação participante tem como foco aspectos da cultura, organização social e sistemas econômicos relevantes para o estudo, como as atividades relacionadas com o sistema alimentar, tais como: a produção, distribuição e consumo de alimentos (PELTO et al., 1989). Ela compreendeu o meu envolvimento em todas as atividades relacionadas à alimentação, sempre que fosse possível e pertinente¹⁰. Assim, participei das atividades da rotina diária na preparação das refeições, da obtenção e processamento do peixe, das saídas a *marisquear* (coletar moluscos) na costa do mar, do trabalho nas hortas das proximidades dos domicílios e nos terrenos na floresta, da colheita de frutas e plantas medicinais. Participei também das festas da comunidade, como a festa patronal, batizados, aniversários, Natal e Ano Novo. Acompanhei outros tipos de atividades relativas à organização da *Comuna*, como atividades político-administrativas dos líderes, atividades realizadas pelos bairros, atividades da escola do *Rio Chico*, visita ao posto de saúde da *Comuna*, entre outras.

Durante as oficinas de troca de saberes alimentares e culinária tradicional, a observação participante permitiu-me registrar as práticas culinárias e as rotinas alimentares *in loco*, e registrar a preparação de alimentos sistematizada sob a forma de receitas (GARNELO; BARÉ, 2009)¹¹.

O registro da observação participante foi realizado procurando intervir o menos possível nas rotinas das pessoas, tomando em conta que a minha presença na comunidade já significava certo grau de intervenção. Assim, não foi utilizado gravador de áudio. Mesmo assim, o fato de tomar notas frequentemente chamava a atenção das pessoas, cujo estranhamento era expressado abertamente e implicava que, apesar das pessoas estarem informadas da presença da pesquisadora e o propósito do projeto, podia variar o grau em que elas estão cientes do

¹⁰ Deve ser levado em consideração limites da pesquisa em relação à vida das pessoas das comunidades. *O onde* a pesquisa não deve entrar para não intervir ou criar mal-estar nas comunidades. O envolvimento na etnografia interpela a ética do pesquisador e a consciência de que a sua presença representa desde um primeiro momento uma interferência na vida das pessoas.

¹¹ Um trabalho semelhante foi realizado/desenvolvido no Brasil sob a coordenação de Luiza Garnelo e Gilda Baré, com mulheres de populações indígenas do Alto Rio Negro, no ano 2009.

interesse e propósito específico do pesquisador (HUDELSON, 1994).

A observação participante “produz descrições textuais e descritivas” (HUDELSON, 1994; p.28), que foram registradas mediante diário e caderneta de campo. Na caderneta foram anotadas as informações de forma sucinta para serem desenvolvidas com detalhe no período noturno, com objetivo de não perder os seus detalhes.

Dentro da técnica da observação participante se utilizaram entrevistas não estruturadas e semiestruturadas que serão descritas no próximo item.

3.4.1.3 Entrevistas não estruturadas e semiestruturadas

Ao longo do trabalho de campo utilizei entrevistas não estruturadas e semiestruturadas de maneira diferencial segundo os contextos.

Segundo Hudelson (1994; p.11) na entrevista não estruturada,

“O pesquisador tem alguma idéia em mente dos tópicos a serem abordados e pode usar algum tipo de lista de tópicos como um lembrete, mas há um controle mínimo sobre a ordem em que os tópicos são abordados e sobre as respostas do entrevistado”.

Nas entrevistas e com base nos tópicos selecionados previamente relativos aos sistemas alimentares, tentei propiciar conversas informais guiando a conversa só nos casos em que foi realmente necessário para retomar o fio da fala para não se desviar muito para outros temas. As conversas se desenvolviam durante longos períodos, durante de toda uma manhã ou tarde e até à noite. Assim, em várias ocasiões fui convidada a fazer parte das refeições familiares, expressão de hospitalidade que não era possível recusar¹².

As entrevistas não estruturadas foram utilizadas nas conversas informais com as famílias da comunidade e nos encontros de culinária tradicional, pois enquanto o grupo de mulheres encontrava-se na preparação dos pratos, surgiam variadas conversas sobre aspectos da vida dos indivíduos e das famílias. Nesses momentos, eu aproveitava para realizar perguntas relativas aos interesses do estudo.

¹² O ato de fornecer alimentos aos visitantes, como comentado pelas pessoas da comunidade, é parte da *etiqueta alimentar* (GARNELO; BARÉ, 2009), o seja das normas e valores de compartilhamento dos alimentos. E a sua recusa resulta uma grande ofensa.

Registrei um total de 35 entrevistas semiestruturadas ao longo dos três meses de trabalho de campo as quais se desenvolviam, a maior parte das ocasiões com a mulher chefe da casa e em menor quantidade com todos os membros adultos da família nuclear e em alguns finais de semana com a família estendida.

As entrevistas semiestruturadas basearam-se no uso de um roteiro de entrevista, conformado por tópicos, porém a ordem e formulação das perguntas podiam variar de respondente a respondente (HUDELSON, 1994).

O roteiro para conduzir as entrevistas semiestruturadas foi preparado com antecedência com a orientação do professor orientador, e com base nos estudos de Antropologia Nutricional que incluem métodos quali-quantitativos relativos ao consumo alimentar (QUANDT, RITENBAUGH, 1986; PELTO; PELTO; MESSER, 1989; MORAN, 1995; LEITE, 2007). Os temas gerais foram seis: 1) consumo; 2) obtenção de alimentos; 3) transmissão de conhecimentos; 4) classificação de princípios dos alimentos e comidas; 5) comida tradicional e introduzida. Substituições de alimentos; 6) alimentação e saúde.

Esse tipo de entrevista foi utilizado nas trocas de saberes alimentares, nas quais em cada um dos encontros eram propostos os diferentes da guia. O meu papel foi o de conduzir os tópicos, ou introduzir novos tópicos que surgiram no decorrer da entrevista.

3.4.1.4 Oficinas de troca de saberes alimentares e culinária tradicional

As oficinas dividiram-se em dois tipos de encontros. Um primeiro encontro, consistiu na troca de saberes alimentares (na forma de roda de conversas), que durava de uma hora a uma hora e meia. Este encontro acontecia - por consenso entre as participantes - na casa do CNH¹³, situada no bairro 21 de Novembro.

Um segundo encontro consistiu na preparação das receitas da culinária tradicional, realizado no dia seguinte à troca de saberes alimentares e com uma duração de duas a três horas. Ele aconteceu no exterior do domicílio da Dona Yolanda - casa na qual a eu estava hospedada - num espaço coberto ao redor do forno.

¹³ O projeto Crescendo com nossos filhos (CNH), é uma casa de uso comunitário que tinha sido fornecida pelo Ministério de Inclusão Económica e Social (MIESS) quando existiam os Centros Infantis do Bem Viver (CIBV) (2012). Hoje em dia além de realizar atividades esporádicas com os bebês e crianças pequenas, se utiliza para outras atividades organizadas pela comunidade.

Se planejaram em conjunto quatro oficinas de dois encontros cada uma, ao longo dos 3 meses do trabalho de campo. A data e horário da primeira oficina realizada em novembro foi estabelecida entre o grupo e foi acordado o cronograma das oficinas posteriores de acordo com a disponibilidade das mulheres. A tabela 2 detalha o cronograma estabelecido coletivamente para a realização das oficinas.

Tabela 2 - Cronograma das oficinas de troca de saberes alimentares e culinária tradicional com o grupo de mulheres de *Rio Chico*.

| Oficinas | Novembro 2017 | | Dezembro 2017 | Janeiro 2018 |
|-----------------------------------|------------------|----|------------------|-----------------|
| Troca de saberes alimentares | 16 | 28 | 18 | 11 |
| Oficinas de culinária tradicional | 17 | 29 | 19 | 12 |

Fonte: elaborado pela autora (2018).

3.4.1.5 Encontros de troca de saberes e práticas alimentares e de saúde

Na troca de saberes foram propostos temas gerais ao redor dos saberes e práticas alimentares e da saúde sendo que eram as mulheres conhecedoras dos saberes alimentares quem iniciavam a conversa. Com as suas narrativas, davam lugar à participação das mulheres mais jovens.

Durante as oficinas, a minha participação foi baseada em receber as participantes, e ao longo da conversa propor os temas e realizar as perguntas com base no guia de entrevista semiestruturada, tentando intervir só quando necessário, para retomar o fio da conversa visando não se desviar muito para outros tópicos.

Neste primeiro encontro também foram selecionadas as receitas que seriam elaboradas nas oficinas de culinária tradicional, segundo os interesses das mulheres. Foram selecionadas duas ou três receitas diferentes. A seleção das receitas passaram por: “a vontade de comer”, “o interesse em aprender”, ou “a predisposição para ensinar”. Aqui é preciso fazer uma ressalva: as mulheres conhecedoras das receitas se descreviam como mulheres “que gostam de ensinar”, o que as diferenciava de outras mulheres da comunidade.

Eu, por outro lado, tomava cuidado de escrever detalhadamente todos os ingredientes e as suas quantidades para

procurá-las no mercado. Foi explicado desde o início que os custos das oficinas seriam financiados através dos fundos da minha bolsa de estudos¹⁴.

Ao longo das trocas, eu registrava a informação obtida e as minhas observações na caderneta de campo e no período da noite, os pontos relevantes eram desenvolvidos com detalhe.

3.4.1.6 Encontros de preparação de receitas da culinária tradicional

Como apontado anteriormente, para os encontros de culinária tradicional, reproduzi o método utilizado da primeira experiência de oficinas no ano de 2009, tomando elementos da pesquisa-ação. Este método articula a relação entre teoria e prática no processo de construção do conhecimento, ou seja, a dimensão da prática seria fonte e lugar privilegiado da pesquisa (MIRANDA; RESENDE, 2006). Assim, o encontro entre as mulheres sob o pretexto de cozinhar, permitia o fluir das conversas, falar de comida e de tudo o que se relacionava com ela, o que implicava abordar questões relacionadas a sistemas alimentares.

Desta forma, enquanto as mulheres chegavam e entravam no ambiente, nos cumprimentos, nas risadas, nas falas sobre as novidades do dia, etc., se envolviam nas diferentes atividades que tinham que ser feitas para a preparação das receitas. Antes de prosseguir deve-se fazer uma ressalva: a casa da Dona Yolanda, nas suas palavras, é a casa da *Mamá Yolanda*.

“[...] assim me dizem, porque aqui é onde a gente se reúne, as amigas, qualquer coisa que eu sei, eu compartilho, se elas me pedem para ensinar, eu ensino”.

Nas oficinas de preparação de receitas, o meu papel foi o de fornecer os ingredientes necessários obtidos com antecedência, bem como junto com Dona Yolanda, preparava o espaço ao redor do forno para receber as participantes. Além disso, eu realizava as tarefas que me foram delegadas, tais como fornecer utensílios de cozinha, lavar a louça, ajudar a misturar, moer, cortar, picar, desossar, esfarelar, torrefar, assar, peneirar, drenar, torrar, etc. Finalmente, me foi delegada mais uma tarefa: a de ir registrando as receitas. A minha proposta de rodar essa

¹⁴ A bolsa de estudos do Governo Equatoriano, “*Chamada Aberta 2014*” (SENECYT-IFTH), fornecia um montante para a realização de trabalho de campo para a elaboração da dissertação dos estudos de pós-graduação.

tarefa não foi muito aceita pelo coletivo, de forma que decidiram que eu a fizesse, “já que você gosta de escrever”. Como participante das oficinas, tentei ser fiel às indicações das conhecedoras das receitas e de forma paralela anotava as minhas observações e pontos relevantes das conversas na caderneta de campo, para no período noturno desenvolvê-los com maior detalhe.

Como parte do trabalho de campo, foi realizada uma oficina de vídeo-animação ao redor da alimentação com as crianças da escola de *Rio Chico*. Também se realizaram tomadas breves em vídeo das oficinas de preparação da culinária tradicional com o grupo de mulheres da comunidade¹⁵.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

É central para o entendimento da análise dos dados, o conceito de cultura desenvolvido amplamente por antropólogos como Clifford Geertz (1989; p.15), que concebe “[...] a cultura como uma teia de significados, e a sua análise; por tanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. O antropólogo sugere que o entendimento das ciências pode passar não apenas pelas teorias, mas pelos seus praticantes (GEERTZ, 2001). O diálogo entre e a prática dos atores locais e conceitos chaves que aporta a teoria, devem ir tecendo análises amplas que nós permitam compreender o fenômeno social.

Na perspectiva da pesquisa qualitativa, cultura seria,

“O conhecimento adquirido que as pessoas usam para interpretar a experiência e guiar o comportamento social. Esta definição enfatiza o significado que as pessoas dão ao comportamento, costumes, objetos ou emoções. A cultura como um sistema de significados serve como guia para agir e interpretar as experiências, embora não force a pessoa a seguir um curso particular. Outros fatores não culturais (por exemplo, condições econômicas) também atuam como influências importantes no comportamento das pessoas (HUDELSON, 1994; p.77)”.

¹⁵ A realização do vídeo dos grupos das mulheres de *Rio Chico* e das atividades de vídeo-animação com as crianças da escola, foi graças à parceria com Helder Solari Pita, do *Taller Itinerante de Formación Audiovisual* (TAFE-Peru).

Assim, os sistemas alimentares, as práticas e formas de pensar estão dentro de uma cultura particular e devem-se pensar dentro dos contextos socioculturais específicos nos quais os mesmos ocorrem (LANGDON; WIIK, 2010).

A maioria dos métodos de coleta de dados utilizados ao longo do trabalho de campo (desenvolvidos com detalhe no item 2.3 deste capítulo) produziram principalmente dados textuais, como, relatos escritos de conversas, entrevistas e observações (entrevistas não estruturadas e semiestruturadas e roda de conversas em particular). Nas palavras de Hudelson (1994), assim como com as técnicas de coleta de dados mais estruturadas, os dados textuais coletados na etnografia devem ser sistematicamente analisados.

Para a análise dos dados foram utilizados códigos para as notas escritas. A codificação foi feita usando canetas coloridas para marcar seções de texto correspondentes aos diferentes temas chaves: 1) consumo; 2) obtenção de alimentos; 3) transmissão de conhecimentos; 4) classificação de princípios dos alimentos e comidas; 5) comida tradicional e introduzida. Substituições de alimentos; 6) Alimentação e saúde (QUANDT; RITENBAUGH, 1986; PELTO; PELTO; MESSER, 1989; MORAN, 1995; LEITE, 2007).

Além desses temas, foram codificados aspectos referentes a: dados socioeconômicos, ecológicos e político-organizativos das famílias e da comunidade. A codificação de dados textuais permitiu identificar e recuperar rapidamente os segmentos de texto relevantes para responder a questões específicas de pesquisa (HUDELSON, 1994; p.58).

A partir da sistematização e análise dos dados coletados durante a etnografia, observação participante, aplicação das entrevistas não estruturadas e semi-estruturadas foi realizada uma análise quantitativa do sistema alimentar da comunidade de *Rio Chico*.

3.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Os resultados desta pesquisa não podem ser diretamente extrapolados para outros contextos, já que a natureza e a ênfase dela é a compreensão das especificidades e nuances locais. Para extrapolar os resultados da realidade local descritos nesta pesquisa com outras realidades é necessário fazê-lo de forma contextualizada. A descrição, análise e compreensão dos processos de mudança nos sistemas alimentares no contexto da população manta, facilitarão o debate sobre questões atuais pelas quais estão passando as populações historicamente e na contemporaneidade.

3.7 ASPECTOS ÉTICOS

Consciente dos direitos estabelecidos na Convenção nº169 da Organização Mundial do Trabalho - OIT que estabelece a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e tribais antes de serem tomadas decisões que possam afetar os seus bens ou direitos (OIT, 1989). E com base na mesma natureza de direitos estabelecidos nos direitos coletivos de povos e comunidades indígenas, montuvias e afrodescendentes, na Constituição da República do Equador, 2008, nos numerais 7/08 (ECUADOR; CPR, 2008), foram realizadas previamente ao trabalho de coleta de dados o contato e várias reuniões com as autoridades locais da *Comuna de Salango*. Cabe aqui fazer uma ressalva: o órgão político-organizativo reconhecido historicamente na área do estudo é a *Comuna*, de forma que a consulta foi feita às autoridades *comunais* em um primeiro momento, e em seguida às famílias da comunidade.

Com objetivo de apresentar o projeto de pesquisa e as ações que seriam desenvolvidas na estadia da pesquisadora na comunidade, se realizaram quatro reuniões, uma primeira reunião com uma das dirigentes antigas da *Comuna* com quem trabalhei no ano 2009 e com o atual Presidente da *Comuna*, posteriormente com toda a direção e algumas famílias da comunidade de *Rio Chico* e por último com o grupo das mulheres conhecedoras das receitas. Também foram realizadas reuniões de apresentação do projeto de pesquisa aos representantes de cada um dos bairros do *Rio Chico* (com exceção do bairro 25 de dezembro). Nas reuniões foi exposto o projeto de pesquisa e detalhadas as ações que iriam ser desenvolvidas para a coleta de dados.

Além do consentimento por parte das autoridades e moradores do *Rio Chico*, o projeto também foi qualificado junto ao Programa de Pós-Graduação em Nutrição (PPGN) da Universidade Federal de Santa Catarina. No que se refere à avaliação e aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC - CEPESH, o projeto de pesquisa, por ser realizado fora do Brasil, foi dispensado de avaliação.

A pesquisadora teve como prioridade o estabelecimento de relações amistosas e respeitadas com os residentes locais, respeitando integralmente os valores e costumes da comunidade.

Outro aspecto a considerar foi a privacidade dos interlocutores da pesquisa. O nome das pessoas entrevistadas e dados recolhidos foram tratados cuidadosamente e foi preservado o seu anonimato na pesquisa, a fim de manter a privacidade das mesmas.

As informações coletadas no estudo foram utilizadas exclusivamente para o seu desenvolvimento. Nenhuma espécie animal ou vegetal foi removida do local pela pesquisadora. A pesquisa não afetou a integridade dos indivíduos ou da comunidade.

4 RESULTADOS: ARTIGO ORIGINAL

Manuscrito formatado segundo regras de submissão de periódico científico.

COMUNAS ANCESTRAIS E ALIMENTAÇÃO: TRANSIÇÃO, DESPOJO E RESISTÊNCIA NO LITORAL EQUATORIANO

ANCESTRAL COMMUNITIES AND FOOD: TRANSITION, DISPOSSESSION AND RESISTANCE IN THE ECUADORIAN COAST

RESUMO

O presente trabalho trata da população de *comuneros* da *Comuna de Salango*, descendentes dos povos indígenas da Costa sul do Equador. A Constituição da República do Equador reconhece as *Comunas* como uma organização ancestral, sujeito de direitos coletivos relativos à soberania territorial e reconhecimento cultural. O objetivo do estudo foi descrever o sistema alimentar dos *comuneros* de *Rio Chico*, recinto da *Comuna de Salango*, com ênfase nas transformações ocorridas nas últimas décadas e suas implicações para saúde, alimentação e nutrição. A pesquisa se baseou na abordagem etnográfica e na observação participante, bem como oficinas de troca de saberes alimentares e preparação da culinária tradicional. As transformações em seu sistema alimentar levam ao progressivo abandono dos seus modos de vida, conhecimentos e práticas, à precarização das condições de vida, marginalização e vulnerabilidade frente ao restante da sociedade equatoriana. E resultam no agravamento de suas condições de alimentação e saúde. São necessárias ações urgentes de mobilização contra as políticas estatais que resultam na invisibilidade *comunera* e na anulação da luta histórica das *comuneras* na defesa de seu território e recursos naturais, bem como de políticas econômicas que comprometem os direitos coletivos estabelecidos na Constituição da República de 2008.

Palavras-chave: Índios sul-americanos; Direitos dos povos indígenas; Antropologia nutricional; Equador.

ABSTRACT

This paper deals with the population of *comuneros* of the Commune of *Salango*, descendants of the indigenous peoples of the south coast of Ecuador. The Constitution of the Republic of Ecuador recognizes the *Communes* as an ancestral organization, subject of collective rights relative to territorial sovereignty and cultural recognition. The objective of the study was to describe the food system of the community of *Rio Chico*, the precinct of the *Salango* Commune, with emphasis on the transformations that occurred in the last decades and its implications for health, food and nutrition. The research was based on the ethnographic approach and participant observation, as well as workshops of exchange of food knowledge and preparation of the traditional cuisine. The transformations in their food system lead to the progressive abandonment of their ways of life, knowledge and practices, the precariousness of living conditions, marginalization and vulnerability to the rest of Ecuadorian society. And result in aggravation of their food and health conditions. There is a need for urgent actions to mobilize against the state policies that result in communal invisibility and in the annulment of the historic struggle of the communes in defense of their territory and natural resources, as well as economic policies that undermine the collective rights established in the Constitution of the Republic of 2008.

Keywords: South American indigenous groups, the rights of indigenous groups, nutritional anthropology, Ecuador.

1 INTRODUÇÃO

Os *comuneros* e *comuneras* habitam as *comunas* ancestrais do litoral Equatoriano e localizam-se ao longo da região costeira nos estados de *Manabí*, *Guayas*, *Santa Elena* e *El Oro*. Elas estão assentadas em territórios que ocuparam os povos indígenas da Costa e se identificam como “seus descendentes e donos das terras desde tempos inmemoriais” (ÁLVAREZ, 2002). Através de um longo processo de luta pelo reconhecimento de sua etnicidade, do território ancestral e do uso e manejo comum dos recursos, no ano de 1937 são reconhecidas como *Comunas* pelo estado Equatoriano. Posteriormente se consolidaram ao centro-sul do estado de *Manabí*, particularmente as *Comunas* de *Salango*, *Água Blanca*, *El Pital* e *Las Tunas* cujas organizações se

autoidentificam como povo Manta ou Manta-Huancavilca, se organizam sob sistemas de autoridade tradicionais e mantêm terras comunitárias.

Desde tempos ancestrais os povos da costa subsistiam dos recursos com que lhes brindava esse particular território conformado por diferentes microclimas e comunidades bióticas específicas, que descem da Cordilheira *Chongón-Colonche* até a faixa costeira (MARTÍNEZ; GRABER, HARRIS, 2006). A horticultura, pesca e mergulho foram as suas principais fontes de alimento; junto com a coleta de frutas silvestres e madeira. A interação destes povos com os ecossistemas locais fez com que desenvolvessem amplos conhecimentos que envolvem saberes, inovações e práticas relacionadas aos recursos. Entre outras coisas, esses conhecimentos sobre a biodiversidade local incluem conhecimentos e práticas alimentares e de saúde. O território também é concebido como um espaço de vida e projeto político, e dentro do quadro da luta das *Comunas* pela defesa de um território comunitário e de posse ancestral, defendem o direito à gestão da vida dentro desse espaço determinado. Ou seja, a interação com o território abrange várias dimensões da vida das *Comunas*, as suas fontes de vida, os seus meios de trabalho, e as suas formas culturais e políticas de reprodução social (MACHADO, 2014). É assim que os *comuneros* foram tecendo ancestralmente uma relação com o território que lhes permitiu através do conhecimento, do uso e do trabalho, “se nutrir” dele, em termos metabólicos (do território ao corpo em forma de alimento) (MACHADO, 2014), mas também em termos sociais e políticos ao fazer da sua defesa através de um longo período histórico, um emblema de identidade (ÁLVAREZ, 2002).

O percurso histórico de luta pelo reconhecimento das *Comunas* continua a se consolidar quando na Constituição atual da República (2008), são reconhecidas as como uma organização ancestral sujeito de direitos coletivos relativos à soberania territorial e reconhecimento cultural (ÁLVAREZ, 2016). No entanto, apesar da trajetória histórica de defesa do território e do reconhecimento de seus direitos coletivos, na prática, nas últimas décadas implementam-se planos de crescimento econômico baseados na exploração dos recursos e privatização das terras *comunais* ignorando os seus direitos e criando grandes mudanças nos seus modos de vida, saúde e alimentação (ÁLVAREZ, 2017).

Nas últimas décadas os *comuneros* vêm sendo submetidos a intensas transformações geradas por fatores como: o desmatamento da floresta que traz como consequência a seca, a instalação da indústria pesqueira, a empresa de processamento de farinha e óleo de peixe na *Comuna de Salango*, a criação de áreas protegidas, entre outros, o que

tem provocado escassez dos recursos marinhos pesqueiros, abandono da agricultura e venda e privatização das terras *comunais*. Nas últimas décadas intensificam-se os processos de urbanização e crescimento da população. Assim, no contemporâneo as *comunas* estão vivendo uma situação de saúde, alimentação e nutrição que aponta a maiores níveis de vulnerabilidade, insegurança alimentar, perda de soberania e autonomia alimentar, e conseqüentemente, desfechos graves a sua saúde.

Como observado em estudos sobre a situação da saúde de povos indígenas no Brasil e na América Latina, tais populações apresentam um complexo e dinâmico quadro de saúde, diretamente relacionado a processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais atreladas à expansão e à consolidação de frentes demográficas e econômicas da sociedade nacional (COIMBRA JR; SANTOS; ESCOBAR, 2005). Ao longo dos séculos, tais frentes exerceram importante influência sobre os determinantes dos perfis da saúde indígena, quer seja por meio da introdução de novos patógenos, ocasionando graves epidemias; usurpação de territórios, dificultando ou inviabilizando a subsistência; e/ou a perseguição e morte de indivíduos ou mesmo comunidades inteiras (COIMBRA JR; SANTOS; ESCOBAR, 2005; p.13). No presente, emergem outros desafios à saúde dos povos indígenas, que incluem doenças crônicas não transmissíveis, contaminação ambiental e dificuldades de sustentabilidade alimentar (COIMBRA JR.; SANTOS; ESCOBAR, 2005; p.13).

Diante deste contexto, o objetivo do presente trabalho foi de descrever os sistemas alimentares da população de *comuneros* e *comuneras* do recinto de *Rio Chico*, na *Comuna de Salango*, apontando a compreender de que forma as transformações socio-econômicas, culturais e ecológicas pelas que vem passando tem afetado as suas condições de saúde, alimentação e nutrição.

Desde a perspectiva biocultural da alimentação e nutrição é possível estabelecer um quadro amplo para a análise dos fatores externos as comunidades locais, fatores socioeconômicos, ecológicos, políticos e sociais os quais tem desdobramentos importantes no nível local e nas condições de vida destas populações, o que reflete decisivamente nas suas condições de alimentação e nutrição. A compreensão dos sistemas alimentares locais, as práticas e conhecimentos envolvidos na alimentação podem revelar informações importantes da cultura, a ecologia e a saúde das populações em contextos particulares o que enriquece as possíveis ações encaminhadas a construir relações interculturais e dialógicas nestas áreas.

2 MÉTODOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no recinto de *Rio Chico*, recinto pertencente a *Comuna de Salango*, Município de *Puerto López*, estado de *Manabí*. O oceano Pacífico banha 350 quilômetros da costa de *Manabí*. A temperatura não é uniforme em todo o estado, oscilando entre 25°C e 23,80°C (ECUADOR, CONSEJO PROVINCIAL DE *MANABÍ*, 2007). A geografia do local é conformada por um emaranhado de rios, estuários, mangues, penínsulas e baías. O território está localizado em uma área de grande interesse biogeográfico, conhecida como a região de *Tumbes* ou floresta seca *tumbesina*. Esta área faz parte das chamadas florestas ocidentais consideradas um dos *hotspot*¹⁶ mundiais de biodiversidade. Dentro do Município de *Puerto López* se localizam quatro *Comunas* Ancestrais: *Las Tunas*, *Salango*, *El Pital* e *Água Blanca*. As *comunas* possuem seus respectivos *Recintos* (pequenas unidades de organização dentro do sistema político *comunal*)¹⁷.

Segundo dados do Instituto Equatoriano de Estatística e Censos (ECUADOR, SNI, 2015) para o ano de 2015, *Rio Chico* possuía uma população de 501 (quinhentos e um) habitantes distribuídos em 109 (cento e nove) famílias. A população do estudo foi representada por adultos (25-75 anos) dos quatro diferentes bairros do recinto. Se realizaram entrevistas semi estruturadas em trinta e cinco famílias (Quadro 1). De forma prévia os participantes foram informados e deram o seu consentimento para participar da pesquisa. Com anterioridade foi solicitado o consentimento prévio e informado dos líderes da *Comuna de Salango* e do recinto de acordo com o estabelecido na Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho OIT (1989) que estipula a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas e tribais antes de serem tomadas decisões que possam afetar os seus bens ou direitos (OIT, 2014).

¹⁶ O conceito do *hotspot* (Conservação Internacional, 1996) engloba o preenchimento de ao menos dois critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original (extensão da cobertura do habitat histórico) mantida.

¹⁷ Os recintos ou locais produtivos - dependentes dos centros nucleados - abrigam grupos de famílias, mais ou menos numerosos. Em algum momento eles escolheram não se unir à cidade ou não conseguiram desenvolver o assentamento original até a categoria da cidade. Trata-se da população dispersa da *Comuna* que é geralmente agrupada em torno das escassas fontes de água que a região possui. No entanto eles vêm a constituir em si mesmos pequenas unidades de organização dentro do sistema político *Comunal* (ÁLVAREZ, 2001).

Quadro 1. Participantes da pesquisa por bairros. Recinto *Rio Chico*, *Comuna de Salango*

| Bairros do recinto <i>Rio Chico</i> | Número de casas visitadas |
|--|----------------------------------|
| Bairro <i>3 de Maio</i> | 15 |
| Bairro <i>21 de Novembro</i> | 15 |
| Bairro <i>El Mamey</i> | 3 |
| Bairro <i>25 de Novembro</i> | 2 |
| Total | 35 |

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Essa amostra foi selecionada segundo critérios como: heterogeneidade socioeconômica, diversidade etária e disposição em participar da pesquisa. Na maior parte das ocasiões as conversas se desenvolviam com a mulher chefe da casa e em menor quantidade com o resto de membros adultos da família nuclear (chefe da casa e filhos adultos), e alguns finais de semana acontecia com a família extensa.

Além disso, foram realizadas oficinas de troca de saberes alimentares e preparação de culinária tradicional, com um total de 17 mulheres de diferentes faixas etárias (Quadro 2). A maior parte das mulheres (à exceção de 3) foram do bairro 21 de novembro, local em que se realizaram os encontros.

Quadro 2. Número e idades das mulheres participantes das oficinas de troca de saberes alimentares e preparação da culinária tradicional.

| Faixa etária | Número de participantes |
|---------------------|--------------------------------|
| 40-60 anos | 6 |
| 30-40 anos | 6 |
| 20-30 anos | 5 |

Fonte: elaborado pela autora (2018).

2.1.1 Antecedentes da pesquisadora na área de estudo

A escolha do local para o trabalho de campo se deu pelo trabalho prévio que realicei na *Comuna de Salango* ao longo de quatro meses, entre os anos de 2009 e 2010. Nessa época, com base na minha formação como antropóloga comencei a indagar a alimentação desde uma perspectiva cultural com foco nos conhecimentos e práticas locais. Assim, motivada pela luta das *comunidades* de reivindicação étnica e territorial e através da amizade com os representantes do *Museo*

Arqueológico de Salango, realizei o projeto "*Troca de saberes alimentares, soberania alimentar e culinária tradicional*" com um grupo de mulheres da *Comuna*. Através dessa experiência prévia de trabalho tive oportunidade de conhecer as *comunas*, as famílias e as pessoas, algo das suas trajetórias históricas e culturais, e a riqueza de conhecimentos e práticas alimentares e de saúde construídas ao longo do tempo e em interação com a natureza, o mar e a floresta.

Essa experiência mostrou a complexidade cultural, política, econômica e social das famílias e as situações que enfrentam hoje em dia, principalmente relacionadas a pressões e impactos em seus territórios e mudanças nos modos de vida.

As trocas sobre alimentação revelaram as mudanças drásticas das últimas décadas, expressas numa multiplicidade de fatores. Entre esses, aspectos e condições socioeconômicas, ecológicas e culturais, algumas relativas aos papéis de gênero e mudanças intergeracionais, etc. Situações que as preocuparam, sobretudo pelos impactos na saúde e o desinteresse das jovens em aprender os conhecimentos tradicionais, receitas e medicina para cuidar da saúde.

Com o desejo de aprofundar nesses achados, o presente estudo foi desenvolvido. Trata-se de um estudo de tipo etnográfico sobre o sistema alimentar da comunidade de *Rio Chico*, Estado de *Manabí*, Equador, a partir da perspectiva biocultural da alimentação e nutrição (PELTO; GOODMAN; DUFOUR, 2001). A coleta de dados foi realizada em um período de três meses, compreendendo o segundo semestre do ano 2017 e o primeiro semestre do ano 2018.

2.2 ETAPAS DO TRABALHO DE CAMPO

Na primeira semana de novembro foi estabelecido o contato com as autoridades locais da *Comuna de Salango* para apresentar o projeto de pesquisa. Após esta primeira reunião, se realizou uma segunda, desta vez mais ampla, quando foi convocada toda a diretoria da *Comuna* e as famílias de *Rio Chico*. Os líderes da *Comuna* deram o seu consentimento para a realização do projeto e expressaram grande interesse nele, assim como nas metodologias que seriam utilizadas, e que foram explicadas com detalhe. Este contato inicial foi determinante na relação de confiança e apoio ao projeto ao longo do seu desenvolvimento.

Na reunião expressei o desejo e a importância, pela natureza da pesquisa, de permanecer na comunidade, pedido que foi acolhido pelas mulheres especialmente. Ao longo do trabalho de coleta de dados,

fiquei hospedada no domicílio da família Ascencio-Chilán, situado no bairro 21 de novembro e integrado por seis membros; um casal, a sua filha e os seus três netos pequenos. Na permanência na comunidade, me deslocava pelos bairros visitando as famílias, enquanto em outros dias permanecia no domicílio onde me hospedava, acompanhando as atividades diárias da família ao longo do dia.

Ao longo de três meses de duração do trabalho de campo, utilizei vários métodos de coleta de dados, baseados no método etnográfico e em observação participante, com entrevistas não estruturadas e semiestruturadas (HUDELSON, 1994), registradas em diário de campo. De forma paralela, foram realizadas oficinas de Troca de Saberes Alimentares e Culinária Tradicional, com a metodologia utilizada no ano de 2009, baseada no método da pesquisa-ação.

1.4 ANÁLISE DOS DADOS

A maioria dos métodos de coleta de dados utilizados ao longo do trabalho de campo produziram principalmente dados textuais, como, relatos escritos de conversas, entrevistas e observações (entrevistas não estruturadas e semiestruturadas e roda de conversas em particular).

Para a análise dos dados foram utilizados códigos para as notas escritas. A codificação foi feita usando canetas coloridas para marcar seções de texto correspondentes aos diferentes temas chaves: 1) consumo; 2) obtenção de alimentos; 3) transmissão de conhecimentos; 4) classificação de princípios dos alimentos e comidas; 5) comida tradicional e introduzida. Substituições de alimentos; 6) Alimentação e saúde (QUANDT; RITENBAUGH, 1986; PELTO; PELTO; MESSER, 1989; MORAN, 1995; LEITE, 2007).

Além desses temas, foram codificados aspectos referentes a: dados socioeconômicos, ecológicos e político-organizativos das famílias e da comunidade. A codificação de dados textuais permitiu identificar e recuperar rapidamente os segmentos de texto relevantes para responder a questões específicas de pesquisa.

2 RESULTADOS

3.1 “QUANDO HÁ TRABALHO, HÁ ALIMENTO”: SUBSISTÊNCIA E ACESSO A ALIMENTOS EM *RIO CHICO*

É interessante observar que, de modo geral, os *comuneros* se identificam com a terra e a agricultura. Nas conversas com os seus

líderes, caracterizam o recinto por ser conformado por uma população mais rural,

“Onde as pessoas são mais ligadas à terra e por isso, são os *comuneros* de *Rio Chico* os que ao longo da história mantêm a luta pela defesa das terras”.

Efetivamente as mudanças são recentes, e as condições do campo hoje em dia, como observado em outras *comunas* da região, com processos de desmatamento da floresta e a prolongada seca, foram fazendo com que os *comuneros* deixassem as atividades agrícolas que lhes proporcionavam certa autonomia, para irem “submergindo em uma total dependência do mercado de trabalho ou visando à pesca artesanal” (ÁLVAREZ, 2016; p.337).

São raras as famílias que mantêm atividades ao redor da agricultura, que hoje exige esforços maiores, pela falta de chuvas e as terras degradadas pela exploração dos recursos florestais, entre outras coisas. Vários *comuneros* apontaram a falta de interesse das autoridades locais e estaduais em promover as atividades de subsistência e falta de acesso a créditos para agricultura familiar e camponesa. Além das dificuldades relacionadas à escassez de água de irrigação e o alto custo da água encanada, as mulheres queixavam também das formigas e outras pragas, como os caracóis (introduzidos através de projetos de desenvolvimento rural baseados na exportação de produtos não tradicionais para o mercado europeu, na década de 2000).

O interessante é perceber que existe dentro das famílias uma dinâmica na qual todos os membros adultos contribuem para o sustento familiar, o que depende da idade e do gênero. Isso inclui o trabalho do cuidado dos membros, sobretudo das crianças e avós que se consideram indivíduos em etapas delicadas da existência. Esses cuidados estão em quase todos os casos a cargo das mulheres dos domicílios. Os homens da casa são na sua maioria os que fornecem os recursos monetários para a compra de alimentos.

Nas famílias que se dedicam à construção civil, a alimentação é definida pelos tempos em que há trabalho e quando este está escasso. Como percebido nas conversas, houve uma época onde o trabalho na construção foi melhor, mas hoje em dia é um trabalho instável, inseguro e de baixa renda, o que causa incerteza nas famílias.

Em momentos de escassez de emprego, as famílias realizam atividades que antes eram parte da subsistência e hoje são emergentes.

Assim, os homens da casa voltam à costa do mar para mergulhar e extrair pequenos polvos que conseguem vender às próprias famílias da comunidade. Ou em família, vão coletar moluscos na beira do mar, e conseguem com isso solucionar a subsistência de um ou dois dias.

A subsistência nestas famílias é muitas vezes complementada por atividades realizadas pelas mulheres da família, como venda de comidas preparadas as famílias dentro dos bairros (pastéis de farinha de trigo, salgadinhos de banana da terra e peixe *corviches*, sopa de peixe *encebollado*, etc.) ou alimentos na estrada principal (verdura, frutas, água de coco, pastéis). Essas famílias conseguem complementar as suas refeições graças às doações de alimentos comprados ou produzidos nas pequenas hortas dos avós. No entanto, os períodos que não há trabalho na construção, são tempos de falta de alimento e grande insegurança alimentar.

Os salários dos trabalhadores da empresa se dividem mensalmente em duas quinzenas, o que define o abastecimento de alimentos dessas famílias no mercado. O fato de receber um salário fixo em meio às duras condições laborais, e as poucas oportunidades de trabalho para os *comuneros* fazem com que estas famílias sejam percebidas como os ricos da comunidade. Em grande parte, isso é corroborado pelas suas contribuições nas festas, pelos papéis políticos que ocupam, e pelos bens materiais que possuem.

Entre os benefícios de ser funcionário da empresa está o ganho frequente de peixe, o que soluciona grande parte da alimentação das suas famílias. Cabe salientar que o restante da comunidade empregada em ofícios artesanais se vê hoje em dia limitada do peixe e outros produtos marinhos, centrais na dieta manta. Mas quem está ligado em algum nível à indústria pesqueira ou empresa de processamento de produtos do peixe tem acesso ao alimento. Ao longo do trabalho de campo, quando visitava as casas e era convidada ao almoço ou jantar, geralmente as casas que tinham peixe *negrita*, um peixe do tipo atum, carnudo e gostoso, de carne firme e ótima para assar, eram aquelas casas dos empregados da empresa ou de seus parentes próximos.

Porém, são poucas as famílias envolvidas com a fábrica, bem como são também poucos os domicílios cujos chefes possuem empregos assalariados e ainda possuem pequenos negócios, como minimercados. Como observado, a dieta destas famílias é abundante em produtos processados devido ao poder de acesso ao dinheiro para comprar no mercado, mas também porque através do consumo pode-se demonstrar o *status* alcançado, ou seja, nessas famílias a possibilidade de consumir é

ao mesmo tempo expressão de uma melhor situação social e a comida é uma linguagem que vai mostrar isso ao interior do grupo social, mas também ao resto das pessoas.

As famílias onde se percebe o acesso a uma alimentação mais diversa e menos industrializada são aquelas onde o chefe da família recebe um salário e além disso, junto aos outros membros da família, mantêm atividades na agricultura para consumo familiar. Isso hoje constituiria, na perspectiva *comunera*, uma situação ideal. No entanto, não é uma realidade possível para a maioria dos *comuneros*, que hoje em dia vivem situações precárias de vida e pouco acesso a meios de geração de recursos monetários.

A situação da subsistência das famílias de *Rio Chico* na contemporaneidade se traduz claramente numa frase expressada por uma *comunera*, que disse que “*quando há trabalho, há alimento*”.

3.2 ENTRE O IDEAL E O POSSÍVEL, A ALIMENTAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE NAS PERCEPÇÕES DAS MULHERES DE *RIO CHICO*

A alimentação das famílias de *Rio Chico* depende principalmente da força de trabalho do chefe da família em famílias numerosas e num contexto de grandes desigualdades sociais, o que faz com que para os *comuneros* seja difícil o acesso a recursos monetários suficientes. Assim, a alimentação doméstica vai variar significativamente ao longo do mês, sendo mais diversificada logo após o recebimento das diárias na construção, salários, bônus¹⁸ e aposentadorias. Nas oficinas de troca de saberes e culinária tradicional, as mulheres expressavam as suas percepções acerca do “ideal” nas comidas Manta como uma questão complexa frente ao que é possível hoje em dia na sua alimentação. Essas percepções estavam atravessadas por preocupações relacionadas ao custo dos alimentos, com fazer o possível para garantir as refeições diárias para todos os membros de família e com o incremento de enfermidades das pessoas. Frescor, sabor e variação são as três características principais da refeição ideal manta. O peixe é a comida fresca por excelência, tirada diretamente do mar e alimento central nas refeições. O peixe se concebe como um alimento gostoso e bom para saúde, que dá força e vigor, e muitas pessoas

¹⁸ O Bônus de Desenvolvimento Humano é uma política de seguro não-contributivo de assistência do Governo Equatoriano que visa cobrir grupos que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade à necessidade de renda, a fim de evitar a deterioração do consumo básico (MINISTERIO DE INCLUSIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL MIESS).

consideram que uma refeição sem o peixe não é refeição. O sabor é dado pelos temperos, sal e legumes em abundância, isso define a comida gostosa, define também em grande parte o sucesso do papel da mulher na família. A variação depende em grande parte da capacidade criativa das mulheres no preparo, motivadas pelo desejo de não sentir tédio e pela necessidade de serem apreciadas e valorizadas, sendo a sua responsabilidade não somente garantir a alimentação nas três refeições, mas a quantidade, variedade e sabor. As mulheres fazem malabarismos com a comida disponível para criar cardápios que agradem aos esposos e filhos, mas o preparo de comidas que se “tem vontade de comer” depende, sobretudo dos recursos econômicos dos que provê o chefe da família, para o seu preparo. Pospor desejos frente a dura realidade é um sentimento comum que faz com que “todo alimento seja bom”.

Aqueles alimentos que formavam parte da diversidade alimentar das famílias, as variedades de peixes, de moluscos e os produtos da agricultura familiar hoje são escassos e praticamente inacessíveis nas qualidades e quantidades ideais para as economias familiares.

É o caso do peixe, o alimento central na dieta das famílias *comuneras*. Nas falas das mulheres a escassez de peixe relaciona-se à pesca indiscriminada dos barcos industriais e da empresa de subprodutos do peixe, fazendo com que “hoje, o peixe seja comida para ricos”. Efetivamente, ao longo das oficinas de culinária tradicional uma das dificuldades foi adquirir os peixes indicados em variedade e quantidade adequada para preparar as receitas e para conseguir o sabor ideal.

Comer peixe assado no forno tradicional reúne a família extensa nos tempos livres e é uma das atividades mais prazerosas das famílias, e esta uma das preparações preferidas. Hoje os peixes para assar, isto é, das espécies cujas características são a sua carne firme e abundante, é escasso. As pessoas que trabalham na empresa têm acesso frequente a esse tipo de peixe, mas isto não é uma realidade para a maioria das famílias, que só têm acesso a uma pequena variedade de espécies, usualmente de tamanho reduzido e pouco adequadas para assar.

Hoje a falta de alimentos que constituíam a subsistência, obtidos nos ecossistemas marinho-costeiros e a diminuição da criação de animais de curral fazem com que as pessoas dependam essencialmente da aquisição comercial para a obtenção de alimentos de origem animal que complementem a dieta, como osso de boi, frango, ovos, enlatados, mortadela e mesmo o queijo da região, de produção artesanal. A banana da terra, em suas palavras “a nossa boa banana da terra” e a mandioca,

se consideravam alimentos centrais na identidade e dieta manta, também considerados alimentos saudáveis por serem naturais, cultivados sem produtos químicos e da terra. No entanto, contemporaneamente a banana da terra é um alimento cujo consumo é escasso e quando há é consumido em pouca quantidade. Trata-se de um produto cujo preço triplicou nas últimas décadas; além disso, visto como um alimento de indígenas e *mestizos*, seu consumo vem sendo também desvalorizado principalmente pelas gerações mais jovens, que se tornaram operários da construção civil, e que têm maior contato com o mercado regional. A inserção no mercado tem significado não só a dependência dos *comuneros* a recursos monetários para satisfazer a sua alimentação, mas também importantes mudanças nos seus modos de se alimentar. Os velhos da comunidade enfatizam o valor dos seus alimentos e são eles que os cultivam, resgatando a importância destes na manutenção de uma vida boa e da saúde. O acesso limitado a recursos monetários define em grande medida os menus. Segundo as mulheres, “só quando há dinheiro se preparam as comidas que se tem vontade de comer”. Temperos, legumes e amendoim, base do sabor dos pratos tradicionais são hoje produtos caros para a família, sendo substituídos por temperos industrializados na busca de dar sabor as comidas. O milho crioulo, as batatas doces e as frutas são hoje também escassos e caros demais para um consumo frequente. O milho crioulo, um alimento ritual na alimentação manta, dependia da circulação do grão entre os parentes que moravam no interior do estado, onde cultivavam também café e outros alimentos para o consumo familiar, hoje não se consegue. A dinâmica de circulação de alimentos entre os dois locais tem mudado progressivamente; as pessoas já não cultivam em *Rio Chico* pela falta de água e créditos, e também abandonaram os seus cultivos no interior, porque já não há tempo para se deslocar entre as duas regiões. Isso tem repercutido na disponibilidade de milho e na preparação de receitas e bebidas rituais. Segundo os *comuneros*, nos aniversários dos santos católicos, que constituíam as festividades mais importantes da comunidade a partir da colonização espanhola, se bebia chicha de milho em generosas quantidades; hoje, contudo, a chicha tem sido substituída pelos refrigerantes. Outras preparações com milho como tortilhas, pirão e *natilha* (sobremesa em base de leite, milho e especiarias) se elaboram com farinha de milho pronta comprada no mercado, lembrando os sabores familiares, mas reconhecendo-se que, apesar de acessível, “não é o mesmo que o nosso milho”.

O preço e escassez dos alimentos culturalmente apropriados, segundo as mulheres da comunidade, fazem com que muitos dos

alimentos sejam hoje substituídos por produtos do mercado e da indústria alimentar. Em uma das oficinas, quando preparamos as tortilhas de milho crioulo, as mulheres contavam que suas avós e mães obtinham a banha de porco para as tortilhas e a conservavam em baldes que utilizavam ao longo do tempo nas suas preparações. Hoje elas usam banha ou margarina vegetal que compram no mercado e usam para a maioria das refeições que preparam em casa. O mesmo acontece com alimentos antes cultivados, como as variedades de banana, os tubérculos, como mandioca e batatas doces, a abóbora e variedades de feijão crioulo que estão sendo substituídos pelo consumo de arroz e se transformando progressivamente em alimentos periféricos na dieta dos *comuneros*.

As percepções sobre o arroz não podem passar despercebidas, sendo um alimento imprescindível na dieta das famílias. Uma das afirmativas mais comuns nas falas é da que “o arroz calma a fome”. O arroz é o alimento que complementa toda refeição, em algumas casas é um alimento periférico a sopa ou fervido de peixe, em alguns casos é o alimento central das refeições como complemento da carne, sendo que “o arroz é o casal da presa¹⁹”. O arroz muitas vezes ocupa a maior parte da refeição, sobretudo quando a carne ou peixe não é muito abundante. Assim, pratos de mulheres e crianças vão estar compostos na sua maioria por arroz, ao contrário do que dos homens, chefes da casa, aos quais serão servidas as melhores porções de peixe e carne.

Mesmo valorizado, parece existir uma preocupação ao redor ao elevado consumo de arroz. Os anciãos da comunidade afirmam que o arroz “faz a sangue espessar demais, ficando as pessoas doentes e gordas”. Afirmam ainda que o abandono das sopas²⁰ que “alimentam o sangue e o mantêm fluído”, tem relação com os costumes dos lares jovens, onde as mulheres por comodidade preparam somente “seco e na maior parte constituído pelo arroz”. Todo isso fala das mudanças no interior dos lares e nos papéis tradicionais dos gêneros. Ouvi que “hoje as mulheres são machonas” (adjetivo para as mulheres que não cumprem os papéis e responsabilidades assignadas para o seu gênero) e isso está criando problemas não só de caráter social, mas também alimentar.

¹⁹ A carne que pode ser peixe, boi, frango ou quando não se pode adquirir esses alimentos: ovos, mortadela ou queijo.

²⁰ As sopas em *Rio Chico* são preparadas com abundantes legumes, peixe ou carne de boi ou frango e banana da terra, mandioca ou batatas. Elas são uma comida forte cujo prato periférico é banana, mandioca ou arroz.

As preferências alimentares diferem de uma geração a outra. As mulheres mais velhas diziam preferir os alimentos preparados “a forma dos antigos”, carnes e peixes assados no forno ou fervidos, ensopados ou sopas. Segundo elas, nos últimos anos têm aumentado a frequência com se comem preparações fritas. As gorduras obtidas artesanalmente, como a banha de porco e o amendoim moído, têm sido substituídas pelas gorduras e óleos vegetais, em grande parte pelas recomendações dos agentes de saúde em relação aos altos níveis de colesterol observados na população. A isso soma-se a pressão das mulheres por emagrecer, mas também a preocupação pela saúde que tem relação com sentir que a alimentação a que tem acesso não é a melhor alimentação para manter o corpo são. No entanto não vem como algo possível acessar a outros tipos de alimentos que possam satisfazer a fome,

“Eu tenho procurado comer menos arroz, mas dali fico com fome daqui a pouco”.

Nas falas com as mulheres existe grande preocupação pela alimentação das crianças que diante a negação da maioria dos seus desejos, o possível para as famílias é fornecer-lhes os alimentos dos que eles mais gostam. As mulheres diziam que as crianças não gostam de comer peixe, e diante disso os familiares jovens procuravam lhes preparar refeições que se identificavam com a cultura moderna nacional e global: assim, lhes brindavam leite com cereais industriais, frutas, doces, e refeições compostas pelos alimentos dos que eles mais gostavam, como arroz, queijo, ovo, mortadela e pão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidades costeiras que mantiveram uma certa autonomia ao longo da história, hoje dependem quase totalmente do mercado para obter a sua alimentação. Isso exige o acesso a fontes de renda para comprar seus alimentos. Para os *comuneros*, essa é uma tarefa muito complexa, numa estrutura socioeconômica e política amplamente desfavorável devido à exclusão que sofrem em relação ao resto da sociedade equatoriana. No que se refere à inserção no mercado de trabalho, se encontram em condições de total desigualdade e vulnerabilidade, porque possuem menor acesso à educação, são famílias numerosas, vivem em comunidades com economias quebradas e se

encontram em situação de pobreza (CEPAL, 2005), e a isto soma-se o racismo e a discriminação social.

Como resultado, hoje eles sofrem uma dupla carga de vulnerabilidade: por um lado já não produzem os seus alimentos, os recursos naturais do mar e da montanha antes acessíveis são cada vez mais escassos, e por outro devem conseguir recursos monetários para comprar os seus alimentos. Os *comuneros*, como outras populações indígenas, afroequatorianas e camponesas no Equador, acessam na sua maioria os empregos precários e sem garantias trabalhistas. A indústria pesqueira e a fábrica de processamento de farinha e óleo de peixe trouxeram subordinação e precariedade para as famílias das *comunas*.

De uma economia pré-capitalista baseada na produção, coleta de recursos naturais e troca de alimentos, mudaram nas últimas décadas para uma economia baseada na extração dos seus recursos e a exploração ambiental. Recursos que antes se conseguiam através da troca de produtos entre agricultores e pescadores, entre Salango e *Rio Chico*, hoje são mercadorias. E alcançam preços que os *comuneros* e as suas famílias dificilmente conseguem pagar, o que resulta na impossibilidade de se abastecer de peixe e moluscos nas qualidades e quantidades adequadas para uma vida digna. A alimentação acessível aos *comuneros* é baseada em produtos industrializados, ricos em carboidratos e gorduras, compatível com as elevadas prevalências registradas de doenças crônicas não transmissíveis, bem como sobrepeso e obesidade. À deterioração que sofrem as comunidades costeiras em relação ao seu ambiente alimentar e às suas condições de vida, soma-se a falta de serviços básicos como água potável, agravando o seu estado nutricional e de saúde.

Apesar dos avanços políticos conquistados pela luta indígena ao longo da história, e do reconhecimento de seus direitos no marco constitucional equatoriano, estes parecem não evidenciar a melhora das suas condições de existência. Os seus direitos estão sendo anulados, com a imposição de um modelo econômico baseado na apropriação, controle e exploração dos territórios e recursos indígenas, comprometendo condições bioculturais de suma importância para garantir a reprodução social das *Comunas*.

Contemporaneamente, as *comunas* estão entre a resistência e o despojo. Enfrentam o abandono progressivo dos seus modos de vida, conhecimentos e práticas, a homogeneização cultural, crescentes níveis de precarização, marginalização e vulnerabilidade frente ao resto da sociedade equatoriana. E um progressivo comprometimento de suas condições de alimentação e saúde.

Fonte de financiamento

A pesquisadora, de nacionalidade equatoriana, recebe apoio financeiro do Programa de Bolsas de Estudo, *Chamada Aberta 2014*, da Secretária do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (SENECYT) do Governo da República do Equador.

REFERÊNCIAS

Álvarez, G. De Huancavilcas a Comuneros. Relaciones Interétnicas en la Península de Santa Elena, Ecuador. Segunda edición. Ediciones Abya-Yala; 2001.

Álvarez, G. Etnicidades en la Costa Ecuatoriana. Quito: Abya-Yala; 2002.

Álvarez G. ¿Es posible un patrimonio cultural para el Sumak Kawsay?: un largo camino por recorrer. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural* [en línea]. 2016 [acessado 2017 Abr 30]; 14(1):285-299. Disponível em: [file:///C:/Users/Sandra/Downloads/PS116_19%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sandra/Downloads/PS116_19%20(1).pdf)

Álvarez G. Territorio *comunal* en la costa de Ecuador: buscando caminos de entendimiento entre el buen vivir y el principio de bien común. *Revista de Antropología Social* 2017; 26(2):355-378.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *La lucha contra la pobreza y el hambre*. Santiago de Chile: CEPAL; 2005 [acessado 2017 Ago 30]. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/21541/capitulo2.pdf>.

Coimbra JR., Santos R., Escobar A. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, Abrasco; 2005 [acessado 2018 Oct 01]; 260 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bsmt/pdf/coimbra-9788575412619.pdf>.

Consejo Provincial de *Manabí*. *Cantón Puerto López*. *Manabí*; 2007 [acessado 2018 Oct 01]. Disponível em: <http://www.manabi.gob.ec/cantones/puerto-lopez>.

Ecuador. Registro Oficial 449 de 20 de octubre del 2008. Constitución de la República del Ecuador; 2008. [accesado 2018 Sept 01] Disponible em: https://www.corteconstitucional.gob.ec/images/contenidos/quienes-somos/Constitucion_politica.pdf.

Sistema Nacional de Información (SNI). Diagnóstico Sociocultural Salango, Censo; 2010. [accesado 2018 Sept 10]. Disponible em: http://app.sni.gob.ec/sni-link/sni/PORTAL_SNI/data_sigad_plus/sigadplusdiagnostico/1360041660001_SALANGO_19-05-2015_12-47-01.pdf.

Hudelson, P. *Qualitative research for health programmes*. Geneva: World Health Organization;1994. p. 1-37.

Leite M. *Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2007.

Machado O. Territorios y Cuerpos en Disputa: Extractivismo minero y ecología política de las emociones. *Revista Sociológica de Pensamiento Crítico Intersticios*; 2014; 8 (1):56-71.

Martínez L, Graber Y, Harris S. Estudios interdisciplinarios en la costa centro-sur de la provincia de *Manabí*-Ecuador: nuevos enfoques. *Bulletin de l'Institut français D'Études Andines*; 2006 [accesado 2016 Sept 30]; 35(3).Disponible em: <http://bifea.revues.org/3956>.

Moran E. *Comparative Analysis Toward Common Standards for Data Collection and Reporting*. Boulder: Lynne Rienner Publishers; 1995.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). *La lucha contra la pobreza y el hambre*. Santiago de Chile: CEPAL; 2005 [accesado 2018 Oct 01]. Disponible em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/21541/capitulo2.pdf>.

Organización Internacional del Trabajo (OIT). Convenio n° 169 sobre pueblos indígenas y tribales. *Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas*. OIT;2014 [accesado 2018 Oct 01]. Disponible em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_345065.pdf.

Pelto GH, Goodman AH, Dufour DL. *The Biocultural Perspective in Nutritional Anthropology*. In: Pelto, G.H., Goodman, A.H. & Dufour, D.L., (Eds.). *Nutritional Anthropology. Biocultural Perspectives on Food and Nutrition*. Toronto: Mayfield Publishing Company;2001 p.1-9.

Pelto HG, Pelto PJ., Messer E. *Research Methods in Nutritional Anthropology*. Tokyo: The United Nations University; 1989.

Quandt S, Ritenbaugh C, editors. *Training Manual in Nutritional Anthropology*. Washington: American Anthropological Association;1986.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidades costeiras, que mantiveram uma certa autonomia ao longo da história, hoje dependem quase totalmente do mercado para satisfazer a sua alimentação. Isso implica acesso a fontes de renda para comprar seus alimentos. Para os *comuneros*, essa é uma tarefa muito complexa, numa estrutura socioeconômica e política amplamente desfavorável devido à exclusão que sofrem em relação ao resto da sociedade equatoriana. No que se refere à inserção no mercado de trabalho, se encontram em condições de total desigualdade e vulnerabilidade, porque possuem menor acesso à educação, são famílias numerosas, vivem em comunidades com economias quebradas e se encontram em situação de pobreza (CEPAL, 2005), e a isto soma-se o racismo e a discriminação social.

Como resultado, hoje eles sofrem uma dupla carga de vulnerabilidade: por um lado já não produzem os seus alimentos, os recursos naturais do mar e da montanha antes acessíveis são cada vez mais escassos, e por outro devem conseguir recursos monetários para comprar os seus alimentos. Os *comuneros*, como outras populações indígenas, afroequatorianas e camponesas no Equador acessam na sua maioria os empregos precários e sem garantias trabalhistas. A indústria pesqueira e a fábrica de processamento de farinha e óleo de peixe, trouxeram subordinação e precariedade para as famílias das *comunas*. No caso de *Rio Chico*, a empresa emprega somente 2% da população, porém trouxe impactos graves para a população geral. A indústria pesqueira é uma fonte importante de obtenção de alimentos para os trabalhadores, favorecendo poucas famílias e privando o resto da população aos seus alimentos principais.

Hoje os *comuneros* são operários, quando obtêm emprego e nos casos em que não obtêm vivem numa situação de vulnerabilidade maior porque dependem indiretamente da economia da pesca (que move o setor da construção) para obter trabalho na construção. O emprego artesanal é mal pago, escasso e considerando o aumento da população existe muita competição entre as famílias nesta área de trabalho. A dependência quase exclusiva da sua força de trabalho neste contexto torna-se numa situação de muita precariedade das condições de vida da população.

De uma economia pré-capitalista baseada na produção, coleta de recursos naturais e troca de alimentos, mudaram nas últimas décadas para uma economia baseada na extração dos seus recursos e a exploração ambiental. Recursos que antes se conseguiam através da

troca de produtos entre agricultores e pescadores, entre *Salango* e *Rio Chico*, hoje são mercadorias. Como resultado, alcançam preços que os *comuneros* e as suas famílias dificilmente conseguem pagar, o que resulta na impossibilidade de se abastecer de peixe e moluscos nas qualidades e quantidades adequadas para uma vida digna.

Não é possível separar a saúde/enfermidade da situação territorial dos povos indígenas. O acaparamento dos recursos marinho-pesqueiros e situação de dependência a recursos monetários para comprar alimentos faz com que a alimentação acessível aos *comuneros* esteja baseada em produtos industrializados, ricos em carboidratos e gorduras, compatíveis com as elevadas prevalências registradas de doenças crônicas não transmissíveis, bem como sobrepeso e obesidade. À deterioração que sofrem as comunidades costeiras em relação ao seu ambiente alimentar e às suas condições de vida, soma-se a falta de serviços básicos como água potável, agravando o seu estado nutricional e de saúde.

No que se refere a conhecimentos tradicionais, os povos indígenas e comunidades locais ancestralmente adquiriram, usaram e transmitiram conhecimentos sobre a biodiversidade local que envolve saberes, inovações e práticas relacionadas aos recursos. A biodiversidade tem funções múltiplas que incluem entre outras coisas, o desenvolvimento de conhecimentos e práticas alimentares e de saúde. Esses conhecimentos constituem um corpo de conhecimentos coerentes, implicam o saber-fazer, saber-usar, saber-alimentar, saber-curar, etc. A exclusão dos povos tradicionais inclui também o desconhecimento dos seus conhecimentos, e situá-los em uma posição marginal frente à superioridade dos conhecimentos hegemônicos. Esses conhecimentos, como observado no estudo, são considerados inválidos e as suas práticas sobre alimentação, saúde e em geral sobre o cuidado da vida são vistos como produto da ignorância e da pobreza, como *práticas erradas*, sendo necessário para os agentes de saúde e as instituições públicas *ensinar as famílias a fazer o correto*. Diante desta situação é necessário compreender o sistema médico ocidental como um fenômeno político-ideológico, que através de suas práticas e discursos, individualiza a heterogeneidade cultural, desconhece os conhecimentos tradicionais e pretende controlar os corpos e os comportamentos impondo padrões ocidentais.

Apesar dos avanços políticos conquistados pela luta indígena ao longo da história, e do reconhecimento de seus direitos no marco constitucional equatoriano, estes parecem não evidenciar a melhora das suas condições de existência. Os seus direitos estão sendo anulados,

com a imposição de um modelo econômico baseado na apropriação, controle e exploração dos territórios e recursos indígenas, comprometendo condições bioculturais de suma importância para garantir a reprodução social das *Comunas*.

Contemporaneamente, as *comunas* estão entre a resistência e o despojo. Enfrentam o abandono progressivo dos seus modos de vida, conhecimentos e práticas, a homogeneização cultural, crescentes níveis de precarização, marginalização e vulnerabilidade frente ao resto da sociedade equatoriana. E um progressivo comprometimento de suas condições de alimentação e saúde.

6 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Muitos autores apontam que as populações expostas a indústrias extrativas altamente contaminantes deterioraram as fontes de vida e possibilidades de reprodução das comunidades indígenas no mundo. Diante disto se fazem necessárias pesquisas e ações que valorizem outras formas de desenvolvimento que respeitem o equilíbrio entre humano e natureza e revalorizem conhecimentos ancestrais de interação e uso dos territórios, que restaurem a ecobiopolítica, isto é, as condições ecológicas da vida, do chão, da água, do ar e da biodiversidade, e as condições de reprodução social das comunidades, tanto físico-biológicas como as suas formas políticas e culturais de reprodução.

Além de apontar as inconsistências da ação estatal, que permite de um lado a presença da indústria extrativa e a perda das terras *comunais* e, de outro, busca garantir a soberania territorial e alimentar de povos e comunidades indígenas.

Com base no exposto, é de suma importância no caso de se realizarem intervenções para melhorar as condições de saúde dos povos indígenas, apontar nas melhoras nas suas condições de vida, de acordo com as decisões de produção e reprodução que eles mesmos adotem, tanto no âmbito simbólico como no econômico, político e social.

De acordo com o fato de que não se pode separar a saúde/enfermidade da situação territorial dos povos indígenas, qualquer ação pensada para promover políticas públicas em saúde e nutrição deve tomar em conta os impactos das últimas décadas sobre as formas de vida indígena, e o peso da questão étnico-racial das suas condições de vida na contemporaneidade. Desde esta perspectiva biocultural da alimentação e nutrição é possível pensar políticas e ações mais efetivas e que apontem a acompanhar processos conjuntos com as *Comunas*.

A criação de áreas protegidas, além de significar restrições no uso dos recursos dos moradores, implica também um incremento na pressão dos *comuneros* sobre os poucos recursos aos quais tem acesso hoje em dia. Para evitar isso é preciso priorizar as comunidades locais, a suas formas de subsistência e os seus modos de vida no planejamento e manejo destas áreas.

Por exemplo, a demanda dos *comuneros* às organizações locais e instituições do estado para buscar soluções para a falta de água e o acesso a crédito para a produção agrícola o que representaria uma forma de geração de renda e melhoramento das condições de alimentação e nutrição.

Por último, faz-se necessário realizar estudos similares em outros contextos indígenas no país, incluindo as vozes dos atores locais, com base em ações direcionadas ao diálogo de saberes, e a outras formas de perceber fenômenos sociais como a alimentação e a nutrição que contemplem a sua complexidade e multifatorialidade.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, G. **De Huancavilcas a Comuneros. Relaciones Interétnicas en la Península de Santa Elena.** 2. ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2001.
- ÁLVAREZ, G. **Etnicidades en la Costa Ecuatoriana.** Quito: Ediciones Abya-Yala, 2002.
- ÁLVAREZ, G. ¿Es posible un patrimonio cultural para el Sumak Kawsay?: un largo camino por recorrer. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.14, n.1, p.285- 299 2016.
- ÁLVAREZ, G. Territorio *comunal* en la costa de Ecuador: buscando caminos de entendimiento entre el buen vivir y el principio de bien común. **Revista de Antropología Social**, v.26, n.2, p. 355-378, 2017.
- ARREGUÍN, S.; ARCOS, H. La pesca en México: estado de la explotación y uso de los ecosistemas. **Hidrobiológica**, v.21, n.3, p.431-462, 2011.
- BREILH, J. **Entrevistas a Jaime Breilh por la Revista de Ecología Política, Salud y medio ambiente, España**, v.37, p.1-14, 2009.
Disponível em:
<<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3541/1/Breilh%2C%20J-CON-158-Entrevista.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.
- BREILH, J. La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. **Salud colectiva**, Lanús, v. 6, n.1, p. 83-101, 2010.
- CANESQUI, A.; GARCIA, R. (Orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p.
- CARDENAS, J. **Importancia de los Océanos y Ecosistemas Marinos**, Manta, p.1-41, 2013. Apresentação de *slides* no curso: El saqueo del mar, la última esperanza.
- CERDENARES, G. Impacto de la actividad pesquera sobre la diversidad biológica. Revisión para el Pacífico sur de México. **Revista Iberoamericana de Ciencias**, v.1, n.1, p.1-20, 2014.

COIMBRA Jr.; SANTOS, R. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.5, n. 1, p.125-132, 2000.

COIMBRA JR.; SANTOS, R., ESCOBAR, A. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.30, n.4, p.855-859, 2014.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Hotspots Revisados: As regiões Biologicamente mais Ricas e Ameaçadas do Planeta**. Conservação Internacional, Brasil. Disponível em: <https://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/HotspotsRevisitados.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2018.

DAMATTA, R. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

ECUADOR. **Mapa de la Comuna de Salango**. Comuna Salango: Pronareg, 1989. Disponível em: <www.salango.ec>.

ECUADOR. **Información sobre la ordenación pesquera: la república del ecuador**. FAO, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/fi/oldsite/FCP/es/ecu/body.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ECUADOR. **Mapa de la República del Ecuador donde se ubican los principales sitios de desembarques de las flota industrial y artesanal**. En: ECUADOR-FAO. Información sobre la ordenación pesquera: la república del ecuador. FAO, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/fi/oldsite/FCP/es/ecu/body.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ECUADOR. **Cantón Puerto López**. Consejo Provincial de *Manabí*, 2007. Disponível em: <<http://www.manabi.gob.ec/cantones/puerto-lopez>>. Acesso em: 05 maio 2018.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador 2008**. Registro Oficial 449 de 20 de octubre del 2008. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gob.ec/images/contenidos/quienes-somos/Constitucion_politica.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

ECUADOR. Mapa de las comunidades rurales del Municipio de Puerto López y el Área Protegida. Instituto Geográfico Militar. Autorización n. IGM 3085 del 22 de Mayo, 2009. Disponível em: <<http://www.parks-and-tribes.com/national-parks/parque-nacional-machalilla/parque-nacional-machalilla.jpg>>. Acesso em: 05 maio 2018.

ECUADOR. Estadísticas 2010. Instituto Nacional de Estadística y Censos INEC. Ecuador, 2010. Disponível em: <<http://www.ecuadorencifras.gob.ec/resultados>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ECUADOR. Diagnóstico Sociocultural Salango, 2015. Sistema de Información Nacional, SNI. Censo, 2010. Disponível em: <http://app.sni.gob.ec/sni-link/sni/PORTAL_SNI/data_sigad_plus/sigadplusdiagnostico/1360041660001_SALANGO_19-05-2015_12-47-01.pdf>. Acesso em: 05 maio 2018.

ECUADOR. Parque Nacional Machalilla. Ministerio del Ambiente, 2011. Disponível em: <<http://www.parks-and-tribes.com/national-parks/parque-nacional-machalilla/parque-nacional-machalilla.jpg>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ECUADOR. Plan Nacional del Buen Vivir 2013-2017. Aprobado mediante sesión del 24 de junio de 2013, mediante Resolución No. CNP-002-2013. Quito: Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo – Senplades, 2013. Disponível em: <<http://www.buenvivir.gob.ec/>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ECUADOR. Encuesta Nacional de Salud y Nutrición (ENSANUT-ECU 2011-2013). Quito: Ministerio de Salud Pública (MSP)/Instituto Nacional de Estadística e Censos (INEC), 2014.

ECUADOR. Pueblo Huancavilca. Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), 2014. Disponível em: <<https://conaie.org/2014/07/19/pueblo-huancavilca/>>. Acesso em: 01 ago 2018.

ECUADOR. Mapa Ecuador. 2015. Disponível em: <<http://www.forosecuador.ec/imgfe/mapaecuador.jpg>>. Acesso em 01 ago 2018.

ECUADOR. **Salango, suroeste de Manabí: océano, bosque e historia.**

Disponível em:

<<https://viajandosudamerica.wordpress.com/2015/01/16/salangosuroeste-de-manabi-oceano-bosque-e-historia/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ECUADOR. Salango contaminado por desechos de fábrica Polar. **El**

Diario.ec. *Manabí*, 11/07/2016. Disponível em:

<<http://www.eldiario.ec/noticias-manabi-ecuador/713-salangocontaminado-por-desechos-de-fabrica-polar/>>. Acesso em: 05 maio 2018.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations Guidelines for measuring household and individual dietary diversity.

FAO, Rome, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i1983e.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2018.

FOLLÉR, M.; HANSSON, L. **Human Ecology and Health.**

Adaptation to a changing world. Göteborg University, 1996.

FUNDACIÓN REGIONAL DE ASESORÍA EN DERECHOS HUMANOS (INREDH). **Caso Salango: Afectaciones al territorio, áreas públicas e a las relaciones sociales.** 2004. Disponível em:

<https://inredh.org/archivos/pdf/caso_salango.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GARNELO, L.; BARÉ, G. (Orgs). **Comidas Tradicionais Indígenas**

Do Alto Rio Negro. Manaus: Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, 2009.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

GEERTZ, C. **Nova Luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GONZÁLEZ, N. (Org). **Análisis de la Pesquería de Peces Pelágicos en el Ecuador (1981-2007).** Ecuador: Instituto Nacional de Pesca, 2017.

Disponível em: <<http://institutopesca.gob.ec/wp-content/uploads/2017/07/Peces-pel%C3%A1gicos-peque%C3%B1os-1981-2007.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

GUERRERO, F. Proceso organizativo del campesinado en el sur de *Manabí* y desarrollo rural. **Íconos Revista de Ciencias Sociales**. v.17, n. 45, p.127-140. Quito: Flacso, 2013.

HANAZAKI, N.; BEGOSSI, A. Fishing and niche dimension for food consumption of caíçaras from Ponta do Almada (Brazil). **Human Ecology Review**, v.7, n.2, p.52-62, 2000.

HUDELSON, P. **Qualitative research for health programmes**. Geneva: World Health Organization, 1994.

LANGDON, E.; GRISOTTI, M. (Orgs). **Políticas Públicas: Reflexões Antropológicas**. Florianópolis: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2016.

LANGDON, E.; WIJK, F. Antropología, salud y enfermedad: Una introducción al concepto de cultura aplicado a las ciencias de la salud. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.18, n.3, p.177-185 2010.

LARREA, C. **Hacia una Historia Ecológica del Ecuador: Propuestas para el debate**. Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador. Corporación Editora Nacional: Ecociencia, 2005.

LEITE, M.S. **Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica**. Rio de Janeiro. Editora FIOCRUZ, 2007.

MACHADO, O. Territorios y Cuerpos en Disputa: Extractivismo minero y ecología política de las emociones. **Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v.8, n.1, p.56-71, 2014.

MARTÍNEZ, L.; GRABER, Y.; HARRIS, S. Estudios interdisciplinarios en la costa centro-sur de la provincia de *Manabí* (Ecuador): nuevos enfoques. **Bulletin de l'Institut français D'Études Andines**, v. 35, n.3, 2006.

MIRANDA, M.; RESENDE, A. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, p.511-518, 2006.

MORAN, E. **Comparative Analysis Toward Common Standards for**

Data Collection and Reporting. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **La lucha contra la pobreza y el hambre.** Objetivos de Desarrollo del Milenio: Una Mirada desde América Latina y el Caribe, cap. 2. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/21541/capitulo2.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Convenio n° 169 sobre pueblos indígenas y tribales.** Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. Organización Internacional del Trabajo: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2014. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_345065.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

PELTO, H.G; PELTO, P.J.; MESSER, E. **Research Methods in Nutritional Anthropology.** Tokyo: The United Nations University, 1989.

PELTO, G.H.; GOODMAN, A.H.; DUFOUR, D.L. **The Biocultural Perspective in Nutritional Anthropology.** In: Pelto, G.H., Goodman, A.H. & Dufour, D.L., (Eds.). Nutritional Anthropology. Biocultural Perspectives on Food and Nutrition. Mountain View, Toronto: Mayfield Publishing Company, p.1-9, 2000.

QUANDT, S.; RITENBAUGH, C. (Eds.) **Training Manual in Nutritional Anthropology.** Washington: American Anthropological Association, 1986.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY (OEC). **Ecuador, 2016.** Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/es/profile/country/ecu>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

WIRSING, R. The Health of Traditional Societies and the Effects of

Acculturation. **Current Anthropology**, v.26, n.3, 1985.

WOORTMANN, K. **Hábitos e Ideologias Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda: relatório final**. Brasília (DF): Fundação Universidade de Brasília; n. 20 Série Antropologia, 1978. Disponível em: <<http://dan.unb.br/images/doc/Serie020empdf.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

WOORTMANN, E. A comida como linguagem. **Revista Habitus Goiânia**, v.11, n.1, p.5-17, 2013.

WOORTMANN, K. **O sentido simbólico das práticas alimentares**. In: ARAÚJO, W. M.C.; TENSER, C.M.R. (Org.) *Gastronomia: cortes e recortes*. Brasília: Senac, p. 23-55, 2006.

APÊNDICE A - NOTA DE IMPRENSA REFERENTE À DISSERTAÇÃO

COMUNAS ANCESTRAIS E ALIMENTAÇÃO: TRANSIÇÃO, DESPOJO E RESISTÊNCIA NO LITORAL EQUATORIANO

Pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Nutrição (PPGN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) teve como objetivo descrever em profundidade a alimentação na comunidade de de Río Chico, *Comuna de Salango*, no Equador; com ênfase nas transformações ocorridas nas últimas décadas e suas implicações para a saúde, alimentação e nutrição.

O estudo é parte da dissertação de mestrado, sob orientação do professor Dr. Maurício Soares Leite, e está inserido na Linha de Pesquisa I: Diagnóstico e Intervenção Nutricional em Coletividades, do Programa de Pós-Graduação em Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. A pesquisa foi aprovada e financiada pela *Secretaria de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación del Ecuador* (SENECYT) por meio da concessão de bolsas de estudos de pós-graduação no exterior.

A coleta de dados foi realizada durante três meses de trabalho de campo com permanência da pesquisadora na comunidade. Neste período foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, utilizando os métodos da etnografia, observação participante e entrevistas informais e semi-estruturadas. Foram realizadas oficinas de troca de saberes alimentares e de preparação de receitas da culinária tradicional, com um grupo de mulheres da comunidade, com o intuito conhecer suas percepções em torno da alimentação, nutrição e saúde.

A etnografia, assim como a observação participante apontaram aos aspectos da cultura, organização social e sistemas econômicos relevantes para o estudo, aliás as atividades relacionadas com o sistema alimentar, tais como: a produção, distribuição, preparação e consumo de alimentos. Ela exigiu o envolvimento da pesquisadora em todas as atividades relacionadas à alimentação.

Os resultados da etnografia mostraram uma grande dependência de recursos econômicos para a compra dos alimentos no mercado. A maioria do consumo de peixe e outros produtos de mar antes obtidos através da pesca artesanal, hoje são obtidos exclusivamente através da compra e a doação pela indústria pesqueira,

uma das principais causantes dos impactos ecológicos na área. Os produtos que antes eram obtidos da agricultura, hoje são obtidos no mercado e se observa que os produtos que antes constituíam a dieta dos *comuneros* vêm sendo substituídos por produtos industrializados. Por outro lado, existe uma grande dificuldade de acesso a fontes de renda, devido às desigualdades políticas estruturais no país, onde eles estão em desigualdade de condições diante o resto da sociedade branco-mestiça. Assim as famílias vivem na contemporaneidade situações de muita vulnerabilidade e insegurança alimentar.

Os resultados da pesquisa indicam que as mudanças pelas quais as populações de *comuneros* desta região vêm passando impactaram diretamente nas suas formas de vida assim como nos meios de produção, obtenção e consumo dos alimentos. Os impactos sobre suas fontes de vida, levam ao abandono dos seus modos de vida, dos seus conhecimentos e práticas nativas e leva à homogeneização cultural, à precarização, marginalização e vulnerabilidade frente ao restante da sociedade equatoriana. E conseqüentemente resultam no agravamento de suas condições de alimentação e saúde, conforme buscou demonstrar esta pesquisa.

Desta forma os resultados apontam para a necessidade de ações urgentes de mobilização contra as políticas estatais que resultam na invisibilidade *comunera* e na anulação da luta histórica das *comunidades* na defesa de seu território coletivo e manejo dos recursos, bem como de políticas econômicas que estão atentando contra os seus direitos coletivos estabelecidos na Constituição da República de 2008. Por outro lado, há a necessidade do reconhecimento, no planejamento de intervenções em saúde, das particularidades do sistema alimentar local, a fim de perseguir ações integrais e efetivas em saúde, mas, sobretudo garantindo a construção de uma relação dialógica entre o estado equatoriano e os *comuneros*.

Contato:

Ana María de Veintimilla: ana.veintimilla@ufsc.br